

10.4 O Município de Glória D'Oeste - MT não está obrigado a contratar uma quantidade mínima dos produtos, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da contratação.

10.5 A existência do preço registrado não obriga o Município de Glória D'Oeste - MT firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora do Contrato de Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

10.6 Independentemente de solicitação do contratado, a Administração poderá convocar o licitante vencedor, após a assinatura do Contrato de registro de preços, para negociar a redução dos preços visando manter o mesmo objeto cotado na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

11.7.1. O Licitante vencedor poderá ter ainda, a Ata de Registro de Preços cancelada, desonerando-se do compromisso ajustado, quando a critério da Administração, comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro.

11.7.2 A comprovação deverá ser feita acompanhada de documentos, tais como notas fiscais de aquisição, serviços, transportes e outros insumos, bem como outros documentos legais emitidos por órgãos governamentais, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso, sendo de responsabilidade exclusiva da contratada o fornecimento desses documentos;

10.7 A Secretaria Municipal de Administração será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação;

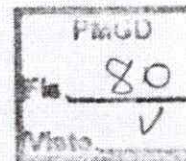
10.8 As solicitações deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador o qual seja a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida dos Imigrantes, 2000, Centro - CEP: 78.293-000, Fone (065) 3275-1179.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA

12.1. A empresa vencedora se obriga a:

- a) Fornecer o objeto deste edital cotado em estrita conformidade com as disposições deste edital e seus anexos e com os termos da proposta de preços, não sendo admitidas retificações, cancelamentos, quer que seja nos preços, quer seja nas condições estabelecidas;
- b) Fornecer o objeto deste certame de acordo com as ordens de fornecimentos emitidas pela Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste;
- c) Entregar o objeto deste certame, no local designado pelo departamento de compras da Prefeitura de Glória D'Oeste conforme ordem de fornecimento no prazo estipulado, e pelo preço constante de sua proposta, onde a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste ficará isenta de quaisquer custos com transportes e demais despesas com o objeto licitado.
- d) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos entregues, sob pena de

000065



responder pelos danos causados à Administração;

- e) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto adjudicado, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste;
- f) Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem, nos termos do art. 125, da Lei Federal nº 14.133/21;
- g) Manter, durante a duração do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1 A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste obriga-se a:

- a) Atestar o recebimento do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- c) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- d) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à Contratada enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao Contratante e/ou terceiros, se comprovada culpa da fornecedora;
- e) Efetuar o pagamento a Contratada nas condições avençadas;
- f) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à forma de entrega dos produtos;
- g) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a Contratada fornecer fora das especificações do Edital e seus anexos;
- h) Permitir ao pessoal técnico credenciado, autorizado e identificado da Contratada, o acesso aos equipamentos e às instalações relativos ao objeto do presente Edital e seus anexos, para efeito de execução do objeto, durante o expediente normal;
- i) Não permitir a entrega / fornecimento dos produtos por parte de pessoal não autoizado pela Contratada;
- j) Acatar e pôr em prática as recomendações feitas pela Contratada, no que diz respeito a condições de uso, condicionamento e aquisição dos produtos.
- k) Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato. A fiscalização e o acompanhamento da execução do Contrato por parte da Contratante não excluem nem reduz a responsabilidade da Contratada em relação ao mesmo;
- l) Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos serviços contratados.

14. DO REAJUSTE E REEQUILIBRIO:

14.1 Os preços registrados são fixos e irreajustáveis durante a vigência inicial da Ata de Registro de Preços, somente podendo ser reajustado no caso de prorrogação da Ata de Registro de Preço por prazo superior a 12 (doze) meses.

14.1.1 Em caso de eventuais reajustes será utilizado o índice IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

000066



PMGD
Fls. 81
Visto. V

14.2 Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

14.3 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

14.3.1 Caso o fornecedor, que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

14.3.2 Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do 14.3.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

14.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.3.4 Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá providenciar a formalização da redução em todos os contratos decorrentes da ata cujo preço foi alterado, o que poderá consistir em simples apostila acompanhada de cópia do processo que justificou a alteração do preço.

14.4 Quando o preço registrado se tornar inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido este poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

14.4.1 A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro previsto pelo caput deste artigo, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos entre outros documentos pertinentes, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento sumário do pedido.

14.4.2 De posse dos argumentos apresentados pelo Detentor da Ata quanto a necessidade de revisão do preço registrado, o Órgão Gerenciador deverá avaliar sumariamente o pedido, a partir do que poderá adotar as seguintes providências:

14.4.2.1 negar, de imediato e de forma fundamentada, o pedido formulado pela Detentora da Ata, oportunidade em que a requerente deverá ser comunicada por

000067



Fls.	82
Visto	✓

escrito;

14.4.2.2 se verificada a plausibilidade do pedido e havendo fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) serão convocados todos os fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, respeitada a ordem de classificação, a fim de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados;
- b) caso algum dos fornecedores cadastrados aceite manter o preço original, far-se-á a comunicação ao Detentor da Ata para que este manifeste-se definitivamente quanto à manutenção do preço registrado, oportunidade em que, não aceitando a manutenção, será liberado sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e celebrada a Ata com o novo fornecedor;
- c) caso existam fornecedores inscritos em cadastro de reserva, mas nenhum aceite manter o preço original, o órgão gerenciador poderá convocar os demais classificados no certame que deu origem a ata, seguindo a ordem de classificação, para verificar o interesse em assumir a obrigação nas mesmas condições originais do preço registrado;
- d) nas hipóteses das alíneas "b" e "c", o fornecedor que aceitar a manutenção do preço original deverá declarar a exequibilidade da proposta em face de todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto;

14.4.2.3 se verificada a plausibilidade do pedido e não havendo fornecedores inscritos em Cadastro de Reserva, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) o órgão gerenciador poderá convocar os demais classificados no certame que deu origem à ata, seguindo a ordem de classificação, para verificar o interesse em assumir a obrigação nas mesmas condições originais do preço registrado;
- b) na hipótese da alínea anterior, o fornecedor que aceitar a manutenção do preço original deverá declarar a exequibilidade da proposta em face de todos os custos inerentes ao fornecimento do objeto;

14.4.2.4 em não havendo nenhum interessado em assumir o valor da ata pelas formas previstas acima, o Órgão Gerenciador poderá conceder a revisão de preços ao beneficiário original que a pleiteou, majorando os preços registrados de acordo com a avaliação realizada, ou liberá-lo, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, revogando a Ata;

14.4.2.5 não havendo êxito nas negociações para definição do novo preço ou se os licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração após a sua avaliação, o Órgão Gerenciador cancelará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

14.4.3 Se, no caso previsto pelo inciso 14.4.2.1, a Detentora da Ata requerer o cancelamento do preço registrado, o Órgão Gerenciador adotará o procedimento previsto pelos incisos 14.4.2.2. e 14.4.2.3.

14.4.4 A revisão de que trata o item 14.4.2.4, será precedida de pesquisa prévia no

000063



mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e auxiliar no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados no orçamento da Secretaria Municipal de Glória D'Oeste, na Dotação abaixo.

02 – Gabinete do Prefeito

Cód. Reduzido (012) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 1.1.500

04 – Secretaria Mun. de Educação

Cód. Reduzido (054-055-056) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 2.1.500 – 2.1.569 – 2.1.571

05 – Secretaria Mun. de Obras Públicas

Cód. Reduzido (139-140) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 9.1.700 – 9.1.701

06 – Secretaria Mun. de Saúde

Cód. Reduzido (181-182) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 3.1.500 – 3.1.601

07 – Secretaria Mun. de Assistência Social

Cód. Reduzido (254-255) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 4.1.500 – 4.1.669

08 – Secretaria Mun. de Agricultura

Cód. Reduzido (306) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 1.1.500

11 – Secretaria Mun. de Esporte

Cód. Reduzido (334) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 1.1.500

16. DO PAGAMENTO

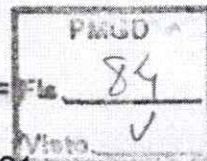
16.1 O pagamento será efetuado, em conta corrente, mediante ordem bancária, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo Departamento de almoxarifado e/ou fiscais de contratos.

16.2 Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

16.3 Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

000069



17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

17.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.2.4 **Multa**:

17.2.4.1 Moratórias, a ser aplicadas sempre que o fornecedor der causa ao atraso injustificado da execução do contrato e/ou ata de registro de preços, ocasião em que deverão ser observados os seguintes percentuais:

17.2.4.1.1 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

17.2.4.1.2 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

17.2.4.2 Compensatórias, que serão aplicadas quando configuradas qualquer das infrações administrativas elencadas pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes proporções:

000070



17.2.4.2.1 de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos I, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

17.2.4.2.2 de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos III, V, VII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

17.2.4.2.3 de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos II e de VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

17.2.4.2.4 Quando as multas compensatórias se referirem a descumprimento e/ou inexecução parcial do objeto contratado, registrado ou licitado, os percentuais serão calculados apenas sobre a parte inadimplida.

17.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que

000071



também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida no art. 159 da Lei Federal 14.133/2021.

17.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.9 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021)

17.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

18. DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1 Nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006 e suas alterações, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

18.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

000072



PMGD
Fls. 87
Visto V

18.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto no item acima implicará da decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

18.3 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

18.4 Ocorrendo o empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

18.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

18.4.2 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 18.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

18.4.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 18.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

18.4.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

18.5 No caso de microempresa e empresa de pequeno porte, que nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada.

18.6 A microempresa ou empresa de pequeno porte que usufruir dos benefícios de que trata a LC 123/2006 e suas alterações, deverá apresentar na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação, declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º do Art. 3º da referida Lei.

18.7 A Empresa Licitante que quiser gozar dos benefícios da LC 123/2006 e suas alterações deverá apresentar requerimento próprio para este fim.

19. DA ADESAO:

19.1 Durante a vigência da ata de registro de preços, os órgãos e as entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Glória D'Oeste/MT, que não participaram deste processo poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

19.1.1 apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

000073



PLANO
88
Vinte V

19.1.2 demonstrar de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23, da Lei nº 14.133/2021;

19.1.3 prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

19.2 Os órgãos e as entidades de que trata o caput, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão ou entidade gerenciadora da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

19.3 Para o fim do disposto no item 19.2, não há prazo para manifestação do órgão gerenciador, devendo ater-se, unicamente, à vigência da ata que o órgão não participante pretende aderir.

19.4 Caberá ao gerenciador verificar junto ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, atestada mediante declaração expressa pela empresa detentora da ata.

19.5 Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

19.6 O pedido de adesão pelo órgão não participante, instruído com todos os documentos que o acompanham, deverá, preferencialmente, ser formalizado até 10 (dez) dias antes da data de expiração da validade da ata de registro de preços, sob pena de restar prejudicada a análise do processo para autorização pelo órgão gerenciador.

19.7 Deverão ser observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços:

19.7.1 as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 19.1, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

19.7.2 o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 19.7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidades gerenciadoras e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

19.8 A possibilidade de adesão a ata de registro de preços prevista no item 19.1 estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

000074



PLANO
Fl. 89
Ass. <input checked="" type="checkbox"/>

- 20.1 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública;
- 20.2 Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, esta licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;
- 20.3 As proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;
- 20.4 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;
- 20.5 Conforme preceitua o § 2º do Artigo 92 da Lei 14.133/2021, o documento hábil para formalização será a Ordem de Fornecimento em substituição ao Termo de Contrato;
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste;
- 20.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão;
- 20.8 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;
- 20.9 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos será atendido pelo Pregoeiro no horário de expediente de Segunda a Sexta Feira das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, situada na Avenida dos Imigrantes, 2000, Centro, Neste Município, ou através do telefone: (065) 3275-1179;
- 20.10 Este Edital se completa com as regras e princípios da Lei federal nº 14.133/2021, demais legislações pertinentes;
- 20.11 É competente o Foro da Comarca de Porto Esperidião/MT, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente licitação.
- 20.12 O presente edital poderá ser obtido diretamente no Setor de Licitações da Prefeitura de Glória D'Oeste - MT, localizado na Avenida dos Imigrantes, 2000, Centro - CEP: 78.293-000, através do site gloriadoeste.mt.gov.br, ou email licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br

21. ANEXOS DO EDITAL

Anexo I – Termo de referência;

Anexo II – Modelo de declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação;

000075



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

PMO
90
Voto

- Anexo III - Modelo de declaração de inexistência de fato impeditivo;
- Anexo IV - Modelo de declaração de regularidade para com o ministério do trabalho;
- Anexo V - Modelo de declaração de concordância de todos os termos estabelecidos no edital;
- Anexo VI - Modelo de declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal;
- Anexo VII - Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;
- Anexo VIII - Modelo Proposta de Preços;
- Anexo IX - Modelo Declaração de Micro e Pequena Empresa;
- Anexo X - Minuta de contrato;
- Anexo XI - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Glória D'Oeste - MT, 19 de Novembro de 2025.

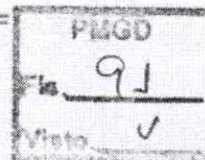
GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita -

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita

000076

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

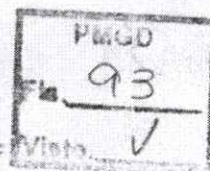
1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei nº. 14.133/2021).

1.1 Aquisição de Veículos Zero Km para compor e renovar a frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificação abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	CAMINHONETE - CABINE SIMPLES, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN: 2.8L; POTENCIA MIN: 204CV; TRACÃO 4X2/4X4; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS (HALÓGENOS), NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PARA BARRO (DIANTEIRO / TRASEIRO), PARA-CHOQUE TRASEIRO, RETROVISORES EXTERNOS, 2 ALTO-FALANTES, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO DOS FARÓIS, AR-CONDICIONADO MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE REDUZIDA COM ACIONAMENTO ELETRÔNICO, VSC (CENTRALE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE) E A-TRC (CONTROLE ELETRÔNICO DE TRACÃO COM BLOQUEIO DO DIFERENCIAL, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (MANUAL), CAÇAMBA COM GANCHOS EXTERNOS, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL, COMPUTADOR DE BORDO COM TELA DE 4,2" DE TFT COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, AVISO DAS PORTAS ABERTAS, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTIVEL, INDICADOR DE MODO ECONÔMICO, HODÔMETROS TOTAL, HODÔMETRO PARCIAL E TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, FARÓIS COM TEMPORIZADOR-FOLLOW ME HOME, LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE, PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, PORTA-OBJETOS NAS PORTAS, PROTETOR DE CAÇAMBA, RELÓGIO DIGITAL, REVESTIMENTO DOS BANCOS (MATERIAL SINTETICO), SELETOR PARA TROCA DE TRACÃO, TACÓMETRO (CONTA-GIROS), TAPETES GENUINOS, TOMADA DE ENERGIA 12 VOLTS NA CABINE, MIN. 3 AIRBAGS: 1 DE JOELHO (MOTORISTA) E 2 FRONTAIS (UM PARA O MOTORISTA E UM PARA O PASSAGEIRO), ALÇAS DE SEGURANÇA ASSISTENTE DE SUBIDA, BLOQUEIO DO DIFERENCIAL TRASEIRO (COM ACIONAMENTO ELÉTRICO), CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS DE 3 PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, PRE-TENSIONADOR E LIMITADOR DE FORÇA, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE DO VEÍCULO, CONTROLE ELETRÔNICO DE TRACÃO, IMOBILIZADOR POR CÓDIGO ELETRÔNICO NA CHAVE, LUZ AUXILIAR DE FREIO EM LED, LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA, LUZ DE FRENAGEM EMERGENCIAL AUTOMÁTICA, SISTEMA AUXILIAR ELETRÔNICA DE FORÇA DE FRENAGEM NAS 4 RODAS, SISTEMA DE FREIOS ABS NAS 4 RODAS.	UNID.	04.
2	CAMINHONETE - CABINE DUPLA, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025,	UNID.	04

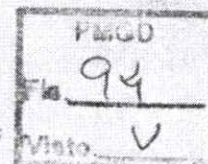


COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN: 2.8L; POTENCIA MIN: 204CV; TRAÇÃO: 4X4, PRICIPAIS EQUIPAMENTOS: CAPOTA MARITIMA, FARÓIS DE LED, FARÓIS DE NEBLINA DIANTEIRAS DE LED, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, LANTERNAS TRASEIRAS EM LED, MAÇANETAS EXTERNAS CROMADAS, MAÇANETAS INTERNAS CROMADAS, MOLDURAS NAS CAIXAS DE RODA, NIVELAMENTO DOS FARÓIS DIANTEIROS AUTOMÁTICO, PARA-BARRO DIANTEIRO, PARA-CHOQUE DIANTEIRO PINTADO NA COR DO VEÍCULO, PARA-CHOQUE TRASEIRO CROMADO, RETROVISORES EXTERNOS CROMADOS, SANTANTONIO, ENTRADAS USB TRASEIRAS (CARREGAMENTO), MIN. 6 ALTO-FALANTES, 2 TWEETERS E 1 SUBWOOFER, ACENDIMENTO AUTOMÁTICO DOS FARÓIS, AR-CONDICIONADO INTEGRADO FRIO E QUENTE DIGITAL DUAS ZONAS, BANCOS DIANTEIROS VENTILADOS, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE ALTURA (ELÉTRICO), BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (ELÉTRICO), BANCO TRASEIRO COM ASSENTO REBATIVEL, CAÇAMBA COM 4 GANCHOS INTERNAS, CÂMERA DE RÉ INSTALADA NA PORTA DA CAÇAMBA (360°), COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPARTIMENTO REFRIGERADO NO PAINEL, COMPUTADOR DE BORDO COM TELA DE MIN. 4,2" COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, AVISO DAS PORTAS ABERTAS, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECONÔMICO, HODÔMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO, MODOS DE SELEÇÃO DE CONDUÇÃO ECO E POWER, PACOTE DE COURO (VOLANTE E MANOPLA DE CÂMBIO), PROTETOR DE CAÇAMBA, RETROVISOR INTERNO ELETROCRÔMICO, RETROVISORES EXTERNOS ELETRORETRÁTEIS COM REGULAGEM ELÉTRICA E INDICADOR DE DIREÇÃO, REVESTIMENTO DOS BANCOS EM COURO PERFURADO E MATERIAL SINTÉTICO, SAIDA DE AR CENTRAL PARA OS BANCOS TRASEIROS, SELETOR PARA TROCA DE TRAÇÃO, SISTEMA MULTIMIDIA COM TELA DE 9", ENTRADA USB, CONEXÃO BLUETOOTH, ESPELHAMENTO ANDROID AUTO" E APPLE CARPLAY SEM CABOS (WIRELESS CONNECTIVITY), SISTEMA INTELIGENTE DE DESTRAVAMENTO DAS PORTAS POR SENSORES, SISTEMA DE PARTIDA SEM CHAVE, TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS E SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE COM ANTIESMAGAMENTO, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, AUDIO, VIDEO, COMPUTADOR DE BORDO E TSS, MIN. 7 AIRBAGS: 1 DE JOELHO (MOTORISTA), 2 DE CORTINA, 2 FRONTAIS E 2 LATERAIS, ALERTA DE MUDANÇA DE FAIXA, ASSISTENTE DE PRÉ-COLISÃO FRONTAL COM ALERTA SONORO E VISUAL E, SE NECESSÁRIO, FRENAGEM AUTOMÁTICA COM RECONHECIMENTO PARA CARROS, PEDESTRES E CICLISTAS, ASSISTENTE DE REBOQUE E ASSISTENTE DE SUBIDA E DESCIDA, CONTROLE DE VELOCIDADE DE CRUZEIRO ADAPTATIVO, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE DO VEÍCULO, CONTROLE ELETRÔNICO DE TRAÇÃO, LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA E LUZ DE



	FRENAGEM EMERGENCIAL AUTOMÁTICA, SENSORES DE ESTACIONAMENTO DIANTEIROS (2) E TRASEIROS (4), SISTEMA DE ALARME PERIMÉTRICO E VOLUMÉTRICO, TRAVAS ELÉTRICAS COM ACIONAMENTO A DISTÂNCIA E CONTROLE NA CHAVE PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS 4 PORTAS.		
3	MINIBUS, 15+1, ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN:2.8L; POTENCIA MIN: 174CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: FARÓIS HALÓGENOS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, NIVELAMENTO MANUAL DOS FARÓIS DIANTEIROS, PAINEL DE INSTRUMENTOS: DOIS INDICADORES ANALÓGICOS COM TELA DE 4,2" DIGITAL E COLORIDA, PARA-BARRO DIANTEIRO E TRASEIRO, 3 ASSENTOS DIANTEIROS, 13 ASSENTOS TRASEIROS, 2 ALTO-FALANTES, ALÇAS AUXILIARES NO ENCOSTO DE CADA ASSENTO TRASEIRO, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NAS PORTAS DIANTEIRAS, ALÇAS FIXAS DE ASSISTÊNCIA PARA EMBARQUE NO PILAR CENTRAL, AR-CONDICIONADO FRONTAL MANUAL INTEGRADO FRIO E QUENTE, BANCO DO MOTORISTA COM AJUSTE MANUAL DE DISTÂNCIA, ALTURA E INCLINAÇÃO, BANCO DO PASSAGEIRO COM AJUSTE DE DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO (DIANTEIRA), BANCOS TRASEIROS COM ASSENTOS RECLINÁVEIS, CÂMERA DE RÉ, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL, COMPUTADOR DE BORDO NA TELA DE 4,2" COLORIDA COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTÍVEL, INDICADOR DE MODO ECO, INDICADOR DE NÍVEL ARLA32/ADBLUE, HODOMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, TEMPO DE DIREÇÃO, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO, FARÓIS COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, ILUMINAÇÃO NO COMPARTIMENTO TRASEIRO, ILUMINAÇÃO NO DEGRAU PARA ACESSO DE PASSAGEIROS (COMPARTIMENTO TRASEIRO), LIMPADOR DO PARA-BRISA INTERMITENTE COM TEMPORIZADOR, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL DIANTEIRA, LUZ DE LEITURA INDIVIDUAL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO DIANTEIRO, PARA-SOL DO MOTORISTA COM PORTA-DOCUMENTOS, PORTA COPO NO ENCOSTO CENTRAL, PORTA COPOS NO PAINEL PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA GARRAFA E PORTA OBJETO TAMANHO NAS PORTAS DIANTEIRAS, PORTA-LUVAS COM CHAVE, -PORTA-OBJETOS ACIMA DOS BANCOS DIANTEIROS, PORTA LATERAL TRASEIRA DIREITA DESLIZANTE, RELÓGIO (NO DISPLAY MULTIFUNÇÃO), RETROVISOR EXTERNO DIA/NOITE, MANUAL REVESTIMENTO DOS BANCOS EM TECIDO COR CINZA CLARO E ESCURO, SAIDAS DE AR CONDICIONADO TRASEIRAS INDIVIDUAIS, SISTEMA MULTIMÍDIA COM TELA DE 9" SENSÍVEL AO TOQUE, ENTRADA USB PARA CARREGAMENTO, CONEXÃO BLUETOOTH TOMADA DE ENERGIA (12V) NA CABINE, VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS COM SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO COM UM TOQUE, VOLANTE COM COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, ÁUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.	UNID.	04

000073



4	<p>SUV - 7 LUGARES - ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL DIESEL, MOTOR MIN: 2.8L; POTENCIA MIN: 204CV; TRACÇÃO: 4X4/4X4; AEROFÓLIO TRASEIRO, BARRAS LONGITUDINAIS NO TETO, FARÓIS EM LED (ALTO E BAIXO), FARÓIS COM AJUSTE DE ALTURA AUTOMÁTICO, FARÓIS DE NEBLINA DIANTEIROS, LANTERNAS DE NEBLINA TRASEIRAS, LANTERNAS TRASEIRAS DE LED, MAÇANETAS EXTERNAS CROMADAS, MAÇANETAS INTERNAS CROMADAS, PARABARROS DIANTEIRO E TRASEIRO, RETROVISORES EXTERNOS NA COR DO VEÍCULO, ENTRADAS USB TRASEIRAS (CARREGAMENTO), 8 ALTOFALANTES, 2 TWEETERS E 1 SUBWOOFER, ABERTURA ELETRÔNICA DO PORTA-MALAS COM SENSOR DE PRESENÇA, AR CONDICIONADO DUAS ZONAS INTEGRADO FRIO E QUENTE COM DISPLAY DIGITAL, AJUSTE ELÉTRICO DE DISTANCIA, INCLINAÇÃO E ALTURA PARA OS BANCOS DO MOTORISTA E PASSAGEIRO, BANCO TRASEIRO BIPARTIDO (60/40), REBATÍVEL, RECLINÁVEL E COM DESCANSABRAÇOS, BANCOS DIANTEIROS VENTILADOS, CAMERA DE 360 GRAUS, CARREGADOR POR INDUÇÃO, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COMANDO INTERNO DE ABERTURA DA TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL, COMPARTIMENTO REFRIGERADO NO PAINEL, COMPUTADOR DE BORDO COM TELA DE 4,2" DE TFT COM FUNÇÕES: AUTONOMIA, AVISO DAS PORTAS ABERTAS, CONSUMO MÉDIO E INSTANTÂNEO DE COMBUSTIVEL, INDICADOR DE MODO ECONÔMICO, HODÔMETROS TOTAL E PARCIAL, TEMPERATURA EXTERNA, VELOCIDADE MÉDIA DO VEÍCULO, VISUALIZAÇÃO DE ÁUDIO CONSOLE ENTRE OS BANCOS DIANTEIROS COM PORTA-COPOS, PORTA- OBJETOS COM TAMPA E DESCANSABRAÇOS EM COURO, DESEMBAÇADOR DO VIDRO TRASEIRO, FARÓIS COM TEMPORIZADOR, RELÓGIO DIGITAL, RETROVISOR INTERNO ELETROCRÔMICO, RETROVISORES EXTERNOS COM REGULAGEM ELÉTRICA, REBATIMENTO ELÉTRICO, INDICADORES DE DIREÇÃO E ILUMINAÇÃO DE BOAS-VINDAS, REVESTIMENTO DOS BANCOS EM COURO E MATERIAL SINTÉTICO, SAIDA DE AR-CONDICIONADO CENTRAL COM DIFUSORES NO TETO E CONTROLE DE INTENSIDADE (2º E 3º FILEIRA), SELETOR PARA TROCA DE TRACÇÃO, SISTEMA MULTIMÍDIA COM TELA DE 9", CÂMERA DE RÉ INSTALADA NA TAMPA DO PORTA-MALAS COM VISUALIZAÇÃO NA TELA, ENTRADA USB, CONEXÃO BLUETOOTH, SISTEMA INTELIGENTE DE DESTRAVAMENTO DAS PORTAS POR SENSORES, SISTEMA DE PARTIDA SEM CHAVE, TOMADA DE ENERGIA 12V, VIDROS ELÉTRICOS E SISTEMA DE ABERTURA E FECHAMENTO POR UM TOQUE VOLANTE, COMANDOS INTEGRADOS DE TELEFONE, ÁUDIO, VIDEO, COMPUTADOR DE BORDO, 7 AIRBAGS: 1 DE JOELHO (MOTORISTA), 2 DE CORTINA, 2 FRONTAIS E 2 LATERAIS, ALERTA DE MUDANÇA DE FAIXA, ASSISTENTE DE PRÉ-COLISÃO FRONTAL COM ALERTA SONORO E VISUAL, FRENAGEM AUTOMÁTICA COM RECONHECIMENTO PARA CARROS, PEDESTRES E CICLISTAS, ASSISTENTE DE REBOQUE E ASSISTENTE DE SUBIDA E DESCIDA, CONTROLE DE VELOCIDADE DE CRUZEIRO ADAPTATIVO, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE DO VEICULO E CONTROLE</p>	UNID.	02
---	--	-------	----



	ELETRÔNICO DE TRAÇÃO, LUZ DE CONDUÇÃO DIURNA, LUZ DE FRENAGEM EMERGENCIAL AUTOMÁTICA, SENSORES DE ESTACIONAMENTO DIANTEIROS E TRASEIROS, SISTEMA DE ALARME PERIMÉTRICO E VOLUMÉTRICO, TRAVAS ELÉTRICAS COM AÇIONAMENTO A DISTÂNCIA, CONTROLE NA CHAVE PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS 4 PORTAS.		
5	SUV - Crossover , ZERO KM, ANO OU MODELO 2025, COMBUSTÍVEL FLEX (ÁLCOOL/GASOLINA), MOTOR MIN: 1.8L; POTENCIA MIN: 101CV; PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS: ACABAMENTO INTERNO COM PARTES REVESTIDAS DE COURO E MATERIAL SINTÉTICO BEGE, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS ELÉTRICOS NA COR DO CARRO E PISCA INTEGRADO, MAÇANETAS EXTERNAS NA COR DO CARRO, MAÇANETAS INTERNAS COM ACABAMENTO NA COR PRATA, MOLDURA SUPERIOR DAS JANELAS COM ACABAMENTO CROMADO, PAINEL CENTRAL COM ACABAMENTO EM BLACK PIANO, TELA TFT DE 12.3" DIGITAL E COLORIDO, PUXADOR INTERNO DE PORTA COM ACABAMENTO BLACK PIANO, RACK DE TETO LONGITUDINAL, ASSISTENTE DE PRÉ-COLISÃO FRONTAL COM ALERTA SONORO E VISUAL, FRENAGEM AUTOMÁTICA COM RECONHECIMENTO PARA CARROS, PEDESTRES E CICLISTAS, CONTROLE DE VELOCIDADE DE CRUZEIRO ADAPTATIVO PARA TODAS AS VELOCIDADES, FAROL ALTO AUTOMÁTICO, SISTEMA DE ASSISTÊNCIA A PERMANENCIA DE FAIXA, SISTEMA DE ALERTA DE OSCILAÇÃO, 7 AIRBAGS 1 DE JOELHO (MOTORISTA), 2 DE CORTINA, 2 FRONTAIS E 2 LATERAIS, ALERTA DE PONTO CEGO, APOLOS DE CABEÇA DIANTEIROS E TRASEIROS COM REGULAGEM MANUAL DE ALTURA, AVISO LUMINOSO E SONORO PARA DESAFIVELAMENTO DOS CINTOS DE SEGURANÇA FRONTAIS E TRASEIROS, AVISO SONORO PARA FARÓIS LIGADOS (COM O CARRO ESTACIONADO) PORTAS E PORTA-MALAS ABERTOS, BARRA DE PROTEÇÃO NO INTERIOR DAS QUATRO PORTAS, CAMERA DE 360 GRAUS, CÂMERA DE RÉ COM LINHAS DE DISTANCIA E PROJEÇÃO NA CENTRAL MULTIMIDIA, CINTOS DE SEGURANÇA DIANTEIROS DE TRÊS PONTOS COM REGULAGEM DE ALTURA, PRÉ-TENSIONADOR E LIMITADOR DE FORÇA, CINTOS DE SEGURANÇA TRASEIROS LATERAIS E CENTRAL DE TRÊS PONTOS, CONTROLE ELETRÔNICO DE ESTABILIDADE VEICULAR, CONTROLE ELETRÔNICO DE TRAÇÃO, FARÓIS DE NEBLINA DIANTEIROS DE LED, FREIOS ABS COM BASE IMOBILIZADOR POR CÓDIGO ELETRÔNICO NA CHAVE, LANTERNA DE NEBLINA TRASEIRA, LIMPADOR DO PARA-BRISA COM SENSOR DE CHUVA, LIMPADOR DO VÍDRU TRASEIRO INTERMITENTE COM ESGUICHO E DESEMBAÇADOR, LUZ AUXILIAR DE FREIO EMERGENCIAL AUTOMÁTICA, SENSOR DE ESTACIONAMENTO DIANTEIRO, TRASEIRO E SUPORTE À FRENAGEM DE ESTACIONAMENTO, SISTEMA DE ALARME PERÍMÉTRICO E VOLUMÉTRICO, SENSOR DE IMPACTO PARA CORTE DO FLUXO DE COMBUSTIVEL, SISTEMA DE ASSISTÊNCIA AO ARRANQUE EM SUBIDA, SISTEMA UNIVERSAL ISOFIX PARA FIXAÇÃO DE CADEIRINHAS NO BANCO TRASEIRO COM ANCORAGEM DE TRÊS PONTOS, TRAVA AUTOMÁTICA DAS PORTAS ATIVADA PELO	UNID.	06

000081



<p>MOVIMENTO DO VEÍCULO (A PARTIR DE 20 KM/H), TRAVA DE SEGURANÇA PARA PORTAS TRASEIRAS, 2 ENTRADAS LISB TRASEIRAS (CARREGAMENTO), 4 ALTO-FALANTES E 2 TWEETERS, ABERTURA E FECHAMENTO ELÉTRICO DA TAMPA DO PORTA-MALAS COM ACIONAMENTO INTERNO PELA CHAVE OU POR SENSOR DE MOVIMENTO NA COR PRATA E DUTO TRASEIRO, ALÇAS INTERNAS NO TETO, DIANTEIRAS E TRASEIRAS (COM PORTA-CABIDES NAS TRASEIRAS), AR-CONDICIONADO DIGITAL AUTOMÁTICO, DISTÂNCIA E INCLINAÇÃO BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM ELÉTRICA PARA AJUSTES ALTURA, DISTÂNCIA, INCLINAÇÃO DO ENCOSTO E INCLINAÇÃO DO ASSENTO BANCO DO PASSAGEIRO DIANTEIRO COM REGULAGEM MANUAL PARA QUATRO AJUSTES, BANCO TRASEIRO BIPARTIDO, REBATIVEL 60/40 E RECLINÁVEL, BANCOS TRASEIROS COM DESCANÇA-BRÇOS CENTRAL E PORTA COPOS, CARREGADOR DE CELULAR SEM FIO OU POR INDUÇÃO, CHAVE PRESENCIAL COM COMANDOS INTEGRADAS: ABERTURA, TRAVAMENTO DAS PORTAS E ALARME, COLUNA DE DIREÇÃO COM REGULAGEM MANUAL DE ALTURA E PROFUNDIDADE, COBERTURA RETRÁTIL DO PORTA-MALAS, COMPUTADOR DE BORDO COM VISOR MULTIFUNÇÃO (TELA TFT DE 12.3" DE ALTA RESOLUÇÃO), CONEXÃO USB NO PAINEL CENTRAL, CONSOLE CENTRAL COM DOIS PORTA-COPOS, DIREÇÃO ELETROASSISTIDA PROGRESSIVA, ENTRADA DE 12V (CARREGAMENTO), ESPELHO RETROVISOR INTERNO COM ANTIOFUSCAMENTO ELETROCRÔMICO, ESPELHOS RETROVISORES EXTERNOS NA COR DE VEÍCULO, ELETRO-RETRÁTEIS COM REGULAGEM ELÉTRICA, PISCA INTEGRADO E REBATIMENTO AUTOMÁTICO AO FECHAR O VEICULO, FARÓIS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, AJUSTE DE ALTURA ELÉTRICO E FUNÇÃO "SIGA-ME", FREIO DE ESTACIONAMENTO ELETRÔNICO, GANCHO ORGANIZADOR DO PORTA-MALAS (2 GANCHOS DE CAPACIDADE MÁX. DE 2KG), INDICADOR DE DIREÇÃO ECONÔMICA NO PAINEL DE INSTRUMENTOS, ILUMINAÇÃO AMBIENTE, JOGO DE TAPETES DIANTEIROS E TRASEIROS EM CARPETA, LANTERNAS DIANTEIRAS COM LUZES DIURNAS, LANTERNAS TRASEIRAS COM LED, LUZES INDICATIVAS DE DIREÇÃO SEQUENCIAIS, MODO DE SELEÇÃO DE CONDUÇÃO, PARA-SOL COM ESPELHO E LUZ DE CORTESIA PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO, PORTA-COPOS NA LATERAL DAS PORTAS TRASEIRAS, PORTA-MALAS ILUMINADO, SISTEMA DE ÁUDIO MULTIMIDIA PLAY 2.0, TELA COM RESOLUÇÃO HD DE 10", ESPELHAMENTO ANDROID AUTO E APPLE CARPLAY SEM CABAS, SISTEMA DE DESTRAVAMENTO DAS PORTAS POR SENSORES NA CHAVE, SISTEMA DE PARTIDA POR BOTÃO (SEM CHAVE), TETO SOLAR ELÉTRICO COM FUNÇÃO ANTIESMAGAMENTO, SERVIÇOS CONECTADOS VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRASEIROS COM ANTIESMAGAMENTO E ILUMINAÇÃO, VIDROS FRONTAIS COM PELICULA ANTIRRUIDO, VOLANTE COM ACABAMENTO EM COURO, CONTROLES DE ÁUDIO E COMPUTADOR DE BORDO.</p>		
--	--	--

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses a contar a partir da assinatura da

000082



Ata de Registro de Preços/Contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua redação atual.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.282.658,40 (seis milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	CAMINHONETE - CABINE SIMPLES.	UNID.	04.	280.000,00	1.120.000,00
2	CAMINHONETE - CABINE DUPLA.	UNID.	04	355.164,60	1.420.658,40
3	MINIBUS, 15+1.	UNID.	04	378.000,00	1.512.000,00
4	SUV - 7.	UNID.	02	431.000,00	862.000,00
5	SUV - CROSSOVER.	UNID.	06	228.000,00	1.368.000,00

2 FUNDAMENTAÇÃO E BASE TÉCNICA.

2.1 Este Termo de Referência fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) aprovado, o qual comprovou a necessidade e a viabilidade da aquisição dos veículos.

2.2 Conforme a Lei nº 14.133/2021, o TR deve conter descrição clara do objeto, requisitos mínimos, quantitativos, critérios de julgamento, obrigações e condições contratuais.

3 DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1 Aquisição de veículos zero quilômetro, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, destinados à composição e renovação da frota oficial do Município de Glória D'Oeste - MT.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas.

5 PRAZO, LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO, INSPEÇÃO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

5.1 Os veículos solicitados deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento, com todos os custos de entrega sob responsabilidade do fornecedor;

5.2 Os veículos deverão ser entregues no município de Glória D'Oeste - MT, cito a Av. dos Imigrantes, 2.000, Centro, Cep.: 78.293-000.

5.3 O recebimento ocorrerá em duas etapas: provisório (verificação e análise técnica) e definitivo.

5.4 Veículos fora das especificações deverão ser substituídos sem custos adicionais.

5.5 Garantia mínima exigida: 3 anos contra defeitos de fabricação.

5.6 O fornecedor deve garantir assistência técnica no Estado de Mato Grosso.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº. 14.133/21).

000083

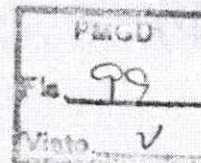


- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº. 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4 A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5 A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela contratante (Lei nº. 14.133/2021, art. 120).
- 6.6 Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 6.6.1 A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverão ser exigidas a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.10 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 6.10.1 Constar se os produtos foram entregues com qualidade e conforme especificação e marca constante na proposta;
- 6.10.2 Verificar se houve atrasos na entrega do produto.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

7.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

000084



7.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

7.2 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.2.1 Habilitação jurídica

7.2.1.1 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.2.1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.2.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

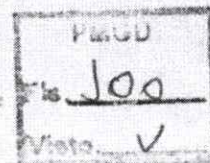
7.2.1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.2.1.9 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.2.1.10 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.2.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

000085



7.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.3.8. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.9. Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.10. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

7.3.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3.12. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

7.3.13. Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.4 Qualificação Econômico-Financeira:

7.4.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.4.1.1 Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.

7.5 Qualificação Técnica:

7.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

7.5.2. Ficha técnica/catálogo dos veículos propostos com todas especificações bem como indicar site para sua autenticação;

7.5.3 Declaração de garantia mínima de 03 anos, ou pelo prazo fornecido pelo Fabricante, se superior, posto de atendimento num raio de 350 quilômetros de distância da sede do município medido por estradas asfaltadas.

7.6 Dos critérios de aceitabilidade da proposta:

7.6.1 A proposta de preços deverá conter:

7.6.1.1 Razão social, nº. do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;

7.6.1.2 Modalidade e número da licitação;

7.6.1.3 Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca (quando for o caso);

7.6.1.3.1 No caso de a marca possuir mais de um modelo, o licitante deverá informá-lo.

7.6.1.4 Valor global do grupo/lote, discriminando o valor unitário e total do(s) item(ns) que

000086



o compõe;

7.6.1.4.1 O(s) valor(es) unitário(s) e total(is) deve(m) ser apresentado(s) em moeda corrente nacional e em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.6.1.4.2 o valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.

7.6.1.5 Declaração de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da assinatura.

8 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

8.1.1 A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

CÓD. REDUZIDO : 012, 054, 055, 056, 139, 140, 254, 255, 181, 182, 306 e 334.

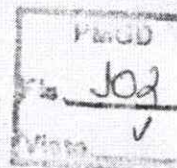
8.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

000087



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ
sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da
Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

"DECLARAÇÃO"

..... de de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ
sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da
Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

"DECLARAÇÃO"

..... de de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador
N.º do documento de identidade

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ
sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da
Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente.

"DECLARAÇÃO"

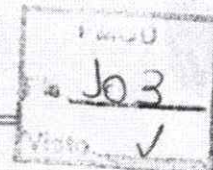
..... de de 2025.

000088



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

..... de de 2025.

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

....., para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente

000089



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

PLANO
104
✓

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO
TRABALHO

"DECLARAÇÃO"

A
PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto da Lei n.º 14.133, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2025.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador

N.º do documento de identidade

000090



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

PROJETO
105
Visto ✓

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Em papel timbrado da Empresa)

A :PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE (MT)
PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, através do presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições, locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a entrega do produto a que se refere o PREGÃO PRESENCIAL N.º _____.

Município/ Estado, dia /mês/ano.

MODELO DE DECLARAÇÃO
(Em papel timbrado da Empresa)

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Carimbo com CNPJ da empresa)

DECLARAÇÃO

_____, através do presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, das condições, locais e dificuldades para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação, e ainda, que aceita como válida a situação em que se encontra para a entrega do produto a que se refere o PREGÃO PRESENCIAL N.º _____.

Município/ Estado, dia /mês/ano.

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Carimbo com CNPJ da empresa)

000091



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

PLAUD
Fls. 106
Visto. ✓

MODELO DE DECLARAÇÃO

(Em papel timbrado da Empresa)

A : PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE (MT)
PREGÃO PRESENCIAL N.º ---/2025

DECLARAÇÃO

A EMPRESA _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº _____, e inscrição estadual nº _____, estabelecida a _____, bairro _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, através de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no edital de licitação DECLARA, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha vencer o certame, de entregar os produtos nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência.

Por ser essa a expressão da verdade, firmamos o presente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

(Em papel timbrado da Empresa)

Município/ Estado, dia /mês/ano

DECLARAÇÃO

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Carimbo com CNPJ da empresa)

estabelecida a _____, Bairro _____, Município de _____

através de seu representante legal abaixo assinado,

em cumprimento ao solicitado no edital de licitação DECLARA, sob as penas do art. 299 do

Código Penal, de que terá a disponibilidade, caso venha vencer o certame, de entregar os

produtos nos prazos e/ou condições previstas no edital e termo de referência.

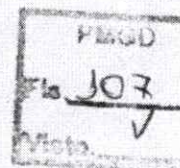
Por ser essa a expressão da verdade, firmamos o presente, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Município/ Estado, dia /mês/ano

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA

(Carimbo com CNPJ da empresa)

000092



**MODELO DE DECLARAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº *****

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO PRESENCIAL nº *****, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO PRESENCIAL nº *****, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO PRESENCIAL nº *****, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO PRESENCIAL nº ***** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO PRESENCIAL nº *****, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

MODELO DE DECLARAÇÃO

c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO PRESENCIAL nº ***** quanto a participar ou não da referida licitação;

d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO PRESENCIAL nº ***** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO PRESENCIAL nº ***** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO PRESENCIAL nº ***** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do *** órgão licitante, antes da abertura oficial das propostas; e

f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

..... de de 20***.

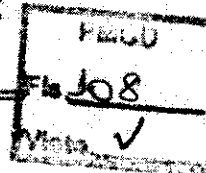
REPRESENTANTE LEGAL

000093



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



PROPOSTA DE PREÇO

(Formular proposta em papel timbrado da empresa licitante)

Proposta que faz a empresa _____ inscrita no CNPJ (MF) nº _____ localizada _____ CEP.: _____ fone : _____ e-mail : _____ para a execução do objeto do Pregão Presencial Nº ____/2025, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, promovida pelo município de Glória D'Oeste (MT):

E-mail: _____ Conta Corrente: _____ Agência: _____
Banco: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01						

VALOR GLOBAL POR EXTENSO: _____

FORMA DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL

VALIDADE DA PROPOSTA: CONFORME EDITAL

Declaramos que nos preços apresentados nesta proposta, estão inclusos os custos de despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa administrativa, serviços, encargos sociais e trabalhistas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

LOCAL E DATA

ASSINATURA (ADMINISTRADOR DA EMPRESA)
CARIMBO COM CNPJ

VALOR GLOBAL POR EXTENSO: _____

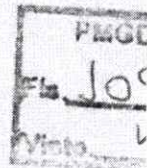
FORMA DE PAGAMENTO: CONFORME EDITAL
VALIDADE DA PROPOSTA: CONFORME EDITAL

Declaramos que nos preços apresentados nesta proposta, estão inclusos os custos de despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa administrativa, serviços, encargos sociais e trabalhistas, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

000094



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME, EPP OU MEI

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, nº _____, telefone nº _____, por intermédio do seu Sócio Proprietário Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ / e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 à 45 da mesma Lei Complementar.

☐ MICROEMPRESA - ME

☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

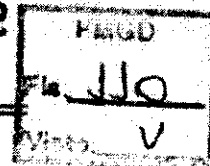
☐ MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

O que declaramos acima é verdade e por isso damos fé.

_____, inscrita no _____ Município/ Estado, Dia /Mês/Ano.
_____, telefone nº _____
_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____
DECLARA, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos da Lei Complementar nº 123/2006 para qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 à 45 da mesma Lei Complementar.

ASSINATURA RESPONSÁVEL DA EMPRESA
(Carimbo com CNPJ da empresa)

000095



ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO ---/2025

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE-MT
E XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NOS SEGUINTE
TERMOS:**

O MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-00, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sr.^a **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº **00494** SSP/MT e do CPF nº **2.901.371-**, residente e domiciliada na Rua Professora Maria Flores, S/N, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ _____, situada à _____, nº _____, Bairro _____ - Cidade _____ - _____, neste ato representada por seu (ua) representante legal o (a) Senhor (a) _____, portador do RG nº _____ - _____/____ e CPF nº _____, neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Instrumento Contratual, com fulcro na Lei nº 14.133/21, e demais alterações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1.0. PRIMEIRA- DO OBJETO: (Art. 92, I);

1.1. O objeto do presente contrato é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:**

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. O Edital da Licitação;

1.1.3. A Proposta da contratada;

1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

1.3. Não serão aceitos os produtos em desacordo com as especificações técnicas contidas no Edital e no Termo de Referência.

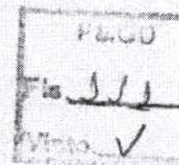
1.4. Os fornecimentos devem ser realizados em horário a ser marcado com o responsável designado pelo recebimento, estando sujeito a conferência e aceite pelo fiscal de Contrato.

1.5. A entrega dos produtos licitados deverá ser feita no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos após a emissão da Ordem de Fornecimento da Secretaria Demandante, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela PREFEITURA.

000996



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1 O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses contados do (a) ato de assinatura do instrumento contratual, prorrogável na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

2.3 O fornecimento deverá ocorrer no prazo máximo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da expedição da ordem de fornecimento.

3.0. CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2 A Contratada concorda e submete-se aos modelos de fiscalização da execução do contrato definidas pela administração e pelo fiscal de contratos nomeados por meio de Portaria específica.

4.0. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.0. CLAUSULA QUINTA – DO VALOR: (Art. 92, II):

5.1. O valor do presente contrato administrativo é de R\$ _____ (_____).

5.2. O presente contrato tem por finalidade a Aquisição de Motocicletas Nova/Zero Quilômetro, previstos no objeto, sendo que o valor global previsto na cláusula 5.1. será liquidado e pago conforme previsto na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	MARCA	VLR.UNIT	VLR. TOTAL
01						
...						

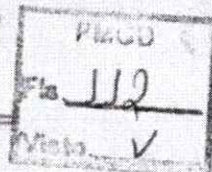
5.3 Nos valores acima mencionados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4 O valor acima é meramente descritivo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão das entregas / fornecimentos efetivamente executados e atestados pelo Fiscal do Contrato.

6.0. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO: (art. 92, V e VI):

6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

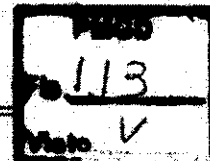
000097



- 6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 6.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 6.5. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos a contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC-IBGE de correção monetária.
- 6.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição dos produtos entregues conforme objeto do contrato, mencionar o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento;
- 6.7. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.
- 6.8. Nenhum pagamento isentará a contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.
- 6.9. O Município de Glória D'Oeste - MT não efetuará antecipado, pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";
- 6.10. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.
- 6.11. A contratante aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1234/2012 com alterações dadas pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2145/2023 para fins de retenção de Imposto de Renda nos pagamentos efetuados à contratada, conforme regulamentação prevista pelo Decreto Municipal de Glória D'Oeste/MT nº 865 de 29 de maio de 2023. As alíquotas a serem aplicadas na retenção serão as descritas no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1234/2012, definidas conforme o bem fornecido constante do objeto da presente licitação. Cabendo à Contratada, nos casos de isenção, imunidade, não retenção do imposto de renda, apresentar declaração conforme modelo disponibilizado, e conforme os anexos II, III e IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1234/2012, nos casos específicos.
- 6.12. A contratante nos casos que couber, aplicará o disposto na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 2.110/2022 para fins de retenção nos pagamentos efetuados a contratada, das contribuições sociais destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Bem como aplicará a retenção nos pagamentos efetuados a contratada, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, nos casos que couber em conformidade com a Lei Complementar nº 23 de 12/12/2014, que institui o Código Tributário Municipal de Glória D'Oeste/MT e com a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

7.0. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E RECOMPOSIÇÃO: (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).



7.2. Após o decurso de um ano, e independentemente, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. A instrumentalização do reajuste contratual será realizado por meio de termo de apostilamento.

7.9. A repactuação como forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato deverá ser comprovada pela Contratada, por meio da análise da variação dos custos e composições que compreendem o fornecimento dos produtos, ocorridas após a data de apresentação das propostas, demonstrando variações incalculáveis prejudiciais a manutenção da execução do contrato;

8.0 CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

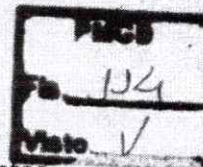
8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2024;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas no edital e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à



execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 05 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais requerimentos de repactuações visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 dias úteis.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto e/ou condições de execução do objeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.14. Promover a fiscalização da execução do contrato, realizando as respectivas notificações e comunicações referente ao descumprimento do objeto ou má execução do contrato.

8.15. Promover a fiscalização da manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução do contrato.

8.16. Fornecer e colocar a disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução do fornecimento;

8.17. Proporcionar condições para a boa consecução do objeto deste contrato;

8.18. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público respeitando os direitos da CONTRATADA.

9.0. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

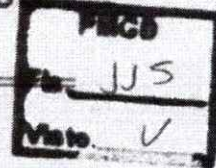
9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021); Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

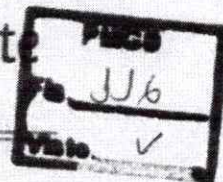
9.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.15 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.16 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.17 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



9.18 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.0. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

10.1. As partes deverão cumprir o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.0. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: (art. 92, XII e XIII)

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: (art. 92, XIV)

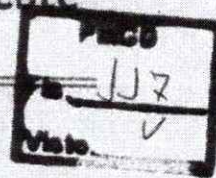
12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição



de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratórias, a ser aplicadas sempre que o fornecedor der causa ao atraso injustificado da execução do contrato e/ou ata de registro de preços, ocasião em que deverão ser observados os seguintes percentuais:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso que exceder a alínea anterior, na entrega de material, calculados desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional e a critério do órgão contratante, limitado à 20% (vinte por cento) do valor total da avença;

12.2.4.2. Compensatórias, que serão aplicadas quando configuradas qualquer das infrações administrativas elencadas pelo art. 155 da Lei nº 14.133/2021, nas seguintes proporções:

- a) de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos I, IV e VI do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
- b) de 10% (dez por cento) até 20% (quinze por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos III, V, VII, do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;
- c) de 20% (vinte por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato e/ou ata de registro de preços, nos casos previstos nos incisos II e de VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021;

12.2.4.2.1. Quando as multas compensatórias se referirem a descumprimento e/ou inexecução parcial do objeto contratado, registrado ou licitado, os percentuais serão calculados apenas sobre a parte inadimplida.

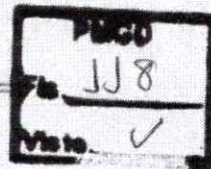
12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da



comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art.

158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida no art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133/2021).

12.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei Federal nº 14.133/2021).

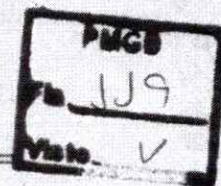
12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de Maio de 2022.

13.0. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL: (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante,



quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data;

13.5. de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021).

14.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

02 – Gabinete do Prefeito

Cód. Reduzido (012) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 1.1.500

04 – Secretaria Mun. de Educação

Cód. Reduzido (054-055-056) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 2.1.500 – 2.1.569 – 2.1.571

05 – Secretaria Mun. de Obras Públicas

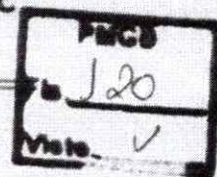
Cód. Reduzido (139-140) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 9.1.700 – 9.1.701

06 – Secretaria Mun. de Saúde

Cód. Reduzido (181-182) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte : 3.1.500 – 3.1.601



07 – Secretaria Mun. de Assistência Social
Cód. Reduzido (254-255) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte : 4.1.500 – 4.1.669

08 – Secretaria Mun. de Agricultura
Cód. Reduzido (306) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte : 1.1.500

11 – Secretaria Mun. de Esporte
Cód. Reduzido (334) : 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte : 1.1.500

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.0. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Código Civil Brasileiro, e demais normas e princípios gerais dos contratos.

16.0. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

17.0. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO E ATOS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES:

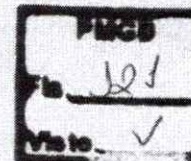
17.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

17.2. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre de forma expressa e por escrito, preferencialmente por e-mail oficial indicado na qualificação da Contratante e/ou representante legal da mesma e Contratada ou por seu preposto/representante a ser indicado de forma expressa por escrito.

17.3. Nos casos omissos e não podendo ser por e-mail e/ou pelo aplicativo whatsapp, será por outro meio legal permitido, podendo ser por A.R (aviso de recebimento) por correio, telegrama, Notificação Extrajudicial feita pelo Registro de Título e Documentos da sede da Contratante ou Contratada, e/ou edital que dê publicidade, ou outro meio legal que certifique



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



a ciência.

17.4. Caso haja alterações nos meios de comunicação oficiais inicialmente informados pela Contratante e pela Contratada, deverão ser imediatamente comunicadas, indicando de forma expressa, com recebido (aceite) da outra parte, o endereço, e-mail e/ou telefone (WhatsApp) atualizados, sob pena de serem considerados citados/intimados dos atos de comunicação/notificação/citação, contagem de prazos, eventuais advertências e/ou outras sanções, nos meios de comunicação anteriormente informados.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

18.1. A fiscalização do presente Contrato será realizada por servidor da Contratante, ocupante de Cargo efetivo e/ou comissionado, nomeado por Portaria expedida pela Administração.

18.2. Promover a avaliação e fiscalização da entrega dos produtos, solicitando à Contratada e seus prepostos todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato;

18.3. Atestar as notas fiscais da Contratada para efeitos de pagamento;

18.4. Solicitar ao Gestor Municipal as providências que ultrapassem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução do Contrato.

18.5. A gestão do contrato será realizada pelo Setor de Contratos a quem competirá controlar prazos e vigência, bem como proceder às notificações.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO: (art. 92, §1º)

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça na Comarca do Município de Porto Esperidião/MT, Seção Judiciária competente, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

A Presente Minuta de Contrato foi analisada e aprovada pela Assessoria Jurídica do Município.

Em ____/____/____

ASSESSORIA JURÍDICA

Glória D'Oeste - MT, ____/____ de 20XX.

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE – MT

CNPJ : 37.464.955/0001-00

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Prefeita / Contratante

Empresa _____

CNPJ : _____

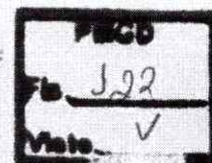
Proprietário, Sócio Adm. / Contratada

000107



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

Proprietário, Sócio Adm. / Contratada



ANEXO XII

**MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX.2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16.2025**

VALIDADE: XX/XX/XXXX

Aos XX dias do mês de XXXXXXXXX do ano de XXXX, o **MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-00, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sr.^a **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº **00494-** SSP/MT e do CPF n.º **2.901.371-**, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, neste ato denominado simplesmente **GERENCIADOR** da Ata de Registro de Preços; e a (as) empresa (as) _____, pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede _____, neste ato representada pelo(a) sócio(a) (....), portador do RG nº (...), inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominado apenas por **FORNECEDOR(RES)**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste – MT, conforme descrição constante no Anexo I- Especificações do Item do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2025, para Registro de Preços, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.2. O fornecimento dos produtos deverão ser realizados de acordo com o estabelecidos do TERMO DE REFERÊNCIA que é parte integrante da presente ata de registro de preços.

1.2.1 A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a solicitação da Secretaria responsável, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela PREFEITURA.

1.3. Os itens em desconformidade serão rejeitados no ato da execução, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena, de cancelamento do fornecimento.

1.4. O objeto da presente ata de registro de preços, não gera qualquer obrigação de efetivação, sendo que os itens registrados serão adquiridos/contratados de acordo com a necessidade do Município, não existindo qualquer direito da Empresa licitante em exigir qualquer tipo de ressarcimento pela não utilização da quantidade total registrada.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

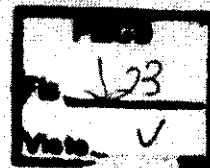
2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor da solução (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)

000403



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unid.	Qtd	marca	V. Unit.	V. Total
1						
2						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – Estado de Mato Grosso.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. A Adesão da presente ata será conforme estabelece o disposto no edital.

5. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano contados da data de assinatura, e, poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do disposto no art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO:

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

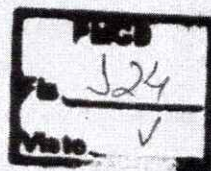
6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos



motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS SANÇÕES E PENALIDADES:

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da lei federal 14.133/2021.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS:

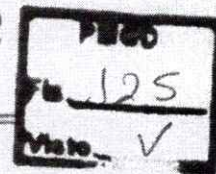
8.1. As condições gerais do fornecimento dos produtos e materiais, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital de Licitação e seus anexos e deverão ser cumpridos pela PROMITENTE FORNECEDORA em caso de efetivação da contratação.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de quantitativos de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



9. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO:

9.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

9.2. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

10. DO FORO:

10.1. As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D'Oeste - MT, ___/___/ de 2025.

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO:

A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE-MT

CNPJ 37.464.955/0001-00

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita / Gerenciador

DO FORO:

As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

EMPRESAS DETENTORAS:

Empresa:

Empresa:

Glória D'Oeste - MT, ___/___/ de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE-MT

CNPJ 37.464.955/0001-00

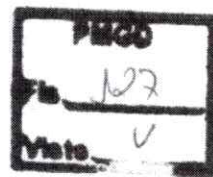
GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

- Prefeita / Gerenciador

000111



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



PARECER JURÍDICO

PROCESSO N.º: 085/2025

PREGÃO PRESENCIAL N.º: 16/2025

REQUERENTE: AGENTE DE CONTRATAÇÃO.

ASSUNTO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos zero km, para compor e renovar a frota do Município de Glória D'Oeste-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência.

1-RETROSPECTO

Trata-se de fase interna de licitação em que o Agente de Contratação pretende a futura e eventual aquisição de veículos zero km, para compor e renovar a frota do Município de Glória D'Oeste-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência, ao custo estimado de R\$ 6.282.658,40 (seis milhões, duzentos e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), via Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item.

O processo veio acompanhado de Solicitação de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Orçamentos, Parecer Contábil, Edital e minuta de Ata de Registro de Preços.

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos, então, encaminhou os autos para avaliação jurídica por parte desta Procuradoria Jurídica, levando-se em consideração o disposto no artigo 53, § 1º, inc. I e II da Lei n.º 14.133/21.

É o relatório.

2 - FUNDAMENTAÇÃO

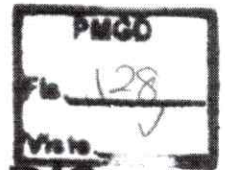
Inicialmente, oportuno ressaltar que este opinativo não se manifestará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se tão somente à análise jurídica da licitação postulada.

000112



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

A obrigatoriedade de licitar consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XXI. O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva "os casos especificados na legislação", abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é exatamente o que se observa pelas disposições dos artigos 74 e 75 da Lei n.º 14.133/21, que tratam, respectivamente, sobre os casos de inexigibilidade e dispensa de licitação.

Na Administração Pública, a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei n.º 14.133/21 em dispensa e inexigibilidade.

Paralelamente, o art. 6º, inc. XLI 3, da Lei n.º 14.133/2021, prevê que as contratações de bens e serviços comuns deverão ser processadas obrigatoriamente adotando-se a modalidade pregão. Além disso, o pregão deve ser realizado nos casos em que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (art. 29 da Lei n.º 14.133/2021).

Feitas essas considerações prévias, passa-se ao exame do caso concreto.

2.2 - O CASO CONCRETO

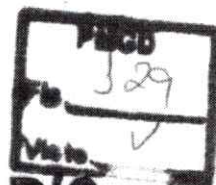
Levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, e aqueles que são necessários em todos e quaisquer procedimentos licitatórios, passa a analisá-los, objetivamente:

(a) Exigências Satisfeitas:

(i) **Modalidade:** por tratar-se de aquisição de produtos comuns e que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



especificações usuais de mercado, o pregão é a modalidade adequada para a licitação pretendida, assim como a forma presencial para a disputa (art. 176, II, da Lei nº. 14.133/2021);

(ii) **Critério de Julgamento:** menor preço (art. 33, I, da Lei nº. 14.133/2021);

(iii) **Documentos de Oficialização de Demanda:** o processo veio acompanhado de Solicitação de Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência a fim de oficializar a necessidade da contratação e contendo todos os dados informadores para subsidiá-la, nos termos do art. 6º, inc. XXIII, e do art. 18, inc. I e § 1º, todos da Lei nº. 14.133/2021;

(iv) **Justificativa da Quantidade:** no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência foi justificada adequadamente a quantidade pretendida com base na demanda pretérita;

(v) **Justificativa do Preço:** ao Estudo Técnico Preliminar foi anexado orçamentos, sendo que o preço que a Administração está disposta a pagar corresponde à média dos preços pesquisados, de acordo com a planilha demonstrativa anexa, demonstrando que não há sobrepreço. Salienta-se que fica excluída da análise deste parecer a verificação da compatibilidade dos preços fixados no Termo de Referência com os de mercado, já que estes são objeto de pesquisa e valoração exclusiva do setor técnico competente solicitante da contratação;

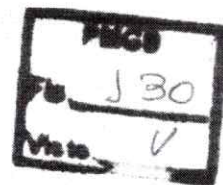
(vi) **Parecer Contábil:** Contador Municipal exarou parecer no qual atesta que os gastos com esta licitação integram os recursos mínimos destinados à Secretaria. Por fim, verifica-se o atendimento ao art. 150 da Lei nº. 14.133/21;

(vii) **Minuta do Edital e da Ata de Registro de Preços:** o edital atende às exigências prescritas no art. 25 da Lei nº. 14.133/2021 e no art. 48, inc. I e III, da Lei Complementar nº. 123/06, alterado pela Lei Complementar nº. 147/14, que impõe que a Administração Pública realize processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como que nas aquisições de bens de natureza divisível, como é o caso, o edital deverá contemplar uma cota de até 25% do objeto para a contratação de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte. Ainda, restam observadas as disposições do art. 4º da Lei nº. 14.133/2021. A minuta da Ata de Registro de Preços atende o disposto na Lei nº. 14.133/2021.

000114



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



3 - CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, esta Procuradoria Jurídica OPINA pela viabilidade da futura e eventual aquisição de veículos zero km, para compor e renovar a frota do Município de Glória D'Oeste-MT, conforme especificações descritas no Termo de Referência, via Pregão Presencial do tipo Menor Preço.

No que respeita ao requisito da publicidade, cumpre ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos fiscalizar a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital e dos anexos do presente Pregão no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (art. 54 da lei nº. 14.133/2021), assim como a publicação do extrato do edital no Diário Oficial do Município (AMM), respeitando-se o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (art. 55, inc. I, “a”7) e observando-se as regras de contagem de prazo estabelecidas no art. 183 da Lei nº. 14.133/2021.

É o parecer, submetido à honrosa apreciação de Vossa Senhoria.

Glória D'Oeste-MT, 24 de novembro de 2025.

Dra. Janaina N. Pereira
Procuradora Municipal
OAB/MT 22.268/B
Glória D'Oeste-MT, 24/11/2025

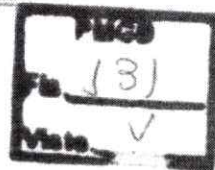
JANAINA NEVES PEREIRA
OAB/MT 22.268/B
Procuradora Jurídica Municipal

000115



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizara licitação na modalidade Pregão na forma Presencial tipo Menor Preço por Item. Cujo o objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

Sessão: as 08h do dia 09/12/2025.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT

Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes a especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: (65) 3275-1179 ou protocolados na plataforma.

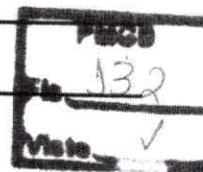
O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site: www.gloriadoeste.mt.gov.br

Glória D'Oeste - MT, 25 de novembro de 2025.

Sidinei da Silva - Pregoeiro Oficial.

000116

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE



AVISO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2025

CREDENCIAMENTO Nº: 001/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 031/2025 O município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de seu Agente de Contratação e conforme Decreto Municipal Nº 1.618/2025, torna público aos interessados que realizou o Credenciamento Nº 001/2025, para a "CREDENCIAMENTO TANTO DE PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE DE CARGA, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES/FRETES, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE - MT", onde as PESSOA FÍSICA E/OU JURÍDICA foram credenciadas:

Data de Apresentação da Proposta	Identificação do Fornecedor	Item Credenciado	Valor Unid R\$	Valor Total R\$
16/09/2028	IM SERVICOS DE LIMPEZA E OBRAS DE URBANIZACAO LTDA CNPJ: 22.751.231/0001-70	10. LOCAÇÃO DE VEICULO PARA TRANSPORTE DE CARGA LOCAL COM MOTORISTA VEICULOS BASCULANTE E CAPACIDADE ENTRE 8.0 TONELADAS E 13 TONELADAS.	R\$ 2.247,58	3.146.612,00

Gaúcha do Norte-MT, 26 de novembro de 2025.

Maria Margareth Moscal

Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2025

REGISTRO DE PREÇOS COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME - EPP (LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014).

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, por meio de sua Pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, sob o Sistema de Registro de Preços (Lei Federal nº 14.133/2021), com o seguinte objeto: Aquisição, por meio de Registro de Preços, de equipamentos permanentes de diversas naturezas para estruturação e melhoria do atendimento dos municípios de Gaúcha do Norte-MT, em cumprimento ao Art. 23, inciso II, e Arts. 196, 197 e 198 da Constituição Federal.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/12/2025.

HORÁRIO: 08:00h (Horário de Cuiabá).

LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

Este Pregão será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, aplicando-se, no que couber, a Lei Complementar nº 147/2014 e demais disposições aplicáveis. O edital completo está disponível no site:

• www.gauchadonorte.mt.gov.br

• Pode ser solicitado pelo e-mail: licitacao@gauchadonorte.mt.gov.br

Gaúcha do Norte-MT, 26 de novembro de 2025

Maria Margareth Moscal

Pregoeira

Setor de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão na forma Presencial tipo Menor Preço por Item. Cujo o objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

Sessão: as 08h do dia 09/12/2025.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória

D'Oeste - MT

Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes a especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: (65) 3275-1179 ou protocolados na plataforma.

O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site: www.gloriadoeste.mt.gov.br

Glória D'Oeste - MT, 26 de novembro de 2025.

Sidinei da Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÁ DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2025

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Eletrônico nº 60/2025, obteve o seguinte resultado: Empresas vencedoras valor total: R\$ 287.400,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos reais): LABORATORIO DE PROTESE ADELAR LTDA - EPP (12131299000100) com o lote: 1 no valor total de R\$ 287.400,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos reais). O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 26 de novembro de 2025. **Yasmin Rodrigues de Menezes/ Agente de contratação**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2025

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, comunica a todos os interessados que realizou o CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW REGIONAL POR MEIO DE SEU EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DO SHOW ARTÍSTICO DA DUPLA "BRUNO E VINICIUS", onde se contratou a Empresa BRUNO BELIZARIO, inscrita no CNPJ nº 27.364.582/0001-41, com um valor total estimado de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais). O processo tem Fundamentos Legais no art. 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021. Guarantã do Norte - MT, 26 de Novembro de 2025. Ana Raquel Cassol-Agente de Contratação.

A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato a ser celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado e homologado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de **Adjudicação e Homologação** da ADESÃO DE ATA Nº 020/2025, no Diário Oficial do Município e no Portal da Transparência do Município, para fins de publicidade e transparência, nos termos do inciso I do parágrafo único do artigo 176 da Lei nº 14.133/2021, bem como em conformidade com o Decreto Municipal vigente.

Conquista D'Oeste, 26 de novembro de 2025.

ODAIR JOSÉ VARGAS
Prefeito Municipal

Protocolo 1760891

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão na forma Presencial tipo Menor Preço por Item. Cujo o objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência. Prazo: as 08h do dia 09/12/2025.

Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT
Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes a especificação poderão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo telefone: (65) 3275-1179 ou protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site: www.gloriadoeste.mt.gov.br

Glória D'Oeste - MT, 26 de novembro de 2025.
Sidinei da Silva - Pregoeiro Oficial.

ASPLEMAT Publicações 65 99221-9012

Protocolo 1760725

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIÁVAI

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 002/2025

O MUNICÍPIO DE INDIÁVAI/MT torna público aos interessados que realizará licitação cujo objeto é a Contratação de Empresa de engenharia para execução dos serviços de **Iluminação do Canteiro Lateral MT 248 com Implantação de Postes Metálicos e Braço Borboleta** (Margem Direita da Rodovia MT 248), conforme especificações e quantitativos constantes no presente Edital, em atendimento à demanda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Modalidade: Concorrência. Forma: Eletrônica. Tipo: Menor preço global. Data de Abertura: 07 de janeiro de 2026, às 09h00min (horário de Brasília). O Edital, na íntegra, está disponível em: <https://indiavai.mt.gov.br/licitacao/concorrenciade> e <http://www.licitanet.com.br>.

Indiavaí/MT, 25 de novembro de 2025.

Welton Marques Ferreira
Secretário de Administração

Protocolo 1760740

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIQUIRA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2025

AVISO DE RESULTADO

A Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA COMPOSIÇÃO DA CESTA NATALINA - AÇÃO SOCIAL "NATAL FRATERNAL", do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: ZFP DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 21.271.068/0001-85 no valor total de R\$ 94.741,70 (noventa e quatro mil e setecentos e quarenta e um reais e setenta centavos); J SODRE DOS SANTOS SILVA ME, inscrita no CNPJ nº 03.349.265/0001-98 no valor total de R\$ 3.690,00 (três mil e seiscentos e noventa reais); P GOBBI COMERCIO ME, inscrita no CNPJ nº 19.770.425/0001-08, no valor total de R\$ 74.160,00 (setenta e quatro mil e cento e sessenta reais); MARCO ANTONIO MIRANDA ROCHA ME, inscrita no CNPJ nº 27.406.855/0001-73, no valor total de R\$ 77.320,00 (setenta e sete mil e trezentos e vinte reais).

Itiquira/MT, em 26 de novembro de 2025.

ROSANGELA EVANGELISTA DOS SANTOS
Coordenadora de Compras Públicas

Protocolo 1760596

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo nº: 096/2025
Inexigibilidade nº: 041/2025

O Município de Itiquira/MT, por meio da Coordenadora de Compras Públicas, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que foi realizada a Inexigibilidade nº 041/2025, referente ao Processo Administrativo nº 096/2025.

Objeto Contratação do Show "Dj Vovô James" para apresentação musical do evento Festival De Praia/ em comemoração ao aniversário de 72 anos de Itiquira, conforme demanda da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura.

Contratada: MAIA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 32.931.368/0001-60

Valor total: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Fundamentação: Inexigibilidade art. 74, inciso II, da Lei Federal 14.133/21.

Itiquira/MT, 25 de novembro de 2025.

ROSÂNGELA EVANGELISTA DOS SANTOS
Coordenadora de Compras Públicas

Protocolo 1760865

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

Processo Administrativo nº: 096/2025
Inexigibilidade nº: 041/2025

O Município de Itiquira/MT, por meio da Coordenadora de Compras Públicas, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 74 inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, torna público que foi realizada a Inexigibilidade nº 041/2025, referente ao Processo Administrativo nº 096/2025.

Objeto Contratação do Show "Dj Vovô James" para apresentação musical do evento Festival De Praia/ em comemoração ao aniversário de 72 anos de Itiquira, conforme demanda da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Cultura.

Contratada: MAIA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 32.931.368/0001-60

Valor total: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais).

Fundamentação: Inexigibilidade art. 74, inciso II, da Lei Federal 14.133/21.

Itiquira/MT, 26 de novembro de 2025.

ROSÂNGELA EVANGELISTA DOS SANTOS
Coordenadora de Compras Públicas

Protocolo 1760930

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 45/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO 4763/2025

A Prefeitura Municipal de Jauru torna público edital para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA sob o Nº 045/2025; TIPO: Menor Preço por Item; OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE PACIENTES (AMBULÂNCIAS) DO MUNICÍPIO DE JAURU, de acordo Termo de Referência, Anexo I do edital que está disponível no endereço eletrônico: www.jauru.mt.gov.br ou por meio do Portal www.licitanet.com.br.

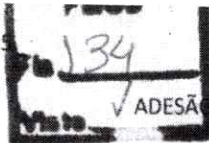
A abertura do processo será no dia 08 (oito) de dezembro de 2025, às 09 (nove) horas (horário de Brasília).

Jauru MT, 26 de novembro de 2025

Gilmar Junior Ferreira
Agente de Contratação

000118

Protocolo 1760407



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER

EXTRATOS DE APOSTILAMENTO

DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 082/2025

EFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT, pessoa jurídica de direito público
CNPJ nº 15.023.930/0001-38. CONTRATADA: BIOMED DISTRIBUIDORA
S LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº
1. INSTRUMENTO VINCULANTE: Pregão Eletrônico nº 016/2025. Objeto:
para futura e eventual aquisição de medicamentos para atender as
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT.
REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Pelo presente Termo de
partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem reequilibrar o
itens nº 96 e 165, descrito na Cláusula Quarta da Ata de registro de
BR0267647 DIGOXINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 25MG, Comprimido;
equilibrado: R\$ 0,168 por Comprimido e do Item nº 165 - BR0270130
SEM/CONCENTRAÇÃO: 250MG, Comprimido; Valor Unitário Reequilíbrio:
primido.
de novembro de 2025.
VASSI

DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 090/2025

EFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT, pessoa jurídica de direito público
CNPJ nº 15.023.930/0001-38. CONTRATADA: LIFE CENTER COMÉRCIO E
MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no
21.227.039/0001-16. INSTRUMENTO VINCULANTE: Pregão Eletrônico nº
Objeto de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos
Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de
ção: DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Pelo presente Termo
as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem reequilibrar
os itens nº 60 e 138, descrito na Cláusula Quarta da Ata de registro de
10 - BR0267625 CEFALEXINA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 500 MG,
Unitário Reequilibrado: R\$ 0,619 por Cápsula e do Item nº 138 -
ENCLAMIDA, DOSAGEM/CONCENTRAÇÃO: 5 MG, COMPRIMIDO,
Unitário Reequilíbrio: R\$ 0,051 por Comprimido.
de novembro de 2025.
VASSI

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 118/2024

EFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT, pessoa jurídica de direito público
CNPJ nº 15.023.930/0001-38. CONTRATADA: OLMÍ INFORMÁTICA LTDA
de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.789.321/0001-17.
de equipamentos e materiais permanentes destinados ao fortalecimento
e operacional do Pronto Atendimento (PA), vinculado à Secretaria
de Saneamento Básico de Colider/MT. INSTRUMENTO VINCULANTE:
nº 025/2025. ALTERAÇÃO DE MARCA: Fica alterada a marca do item nº
usula Primeira do Contrato Administrativo de Aquisição de Equipamento
iente nº 118/2025, passando a nova marca vigorar a partir dessa data a
B75 "W", ao qual será válida até o final da vigência do instrumento
ura: 25/11/2025. Colider-MT, em 25 de novembro de 2025.
VASSI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DOESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

ISTRATIVO Nº 85/2025

itura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e
, nomeada pela portaria nº 016/2024, torna público, para conhecimento
que realizara licitação na modalidade Pregão na forma Presencial tipo
Item. Cujo o objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual
ulos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória
iforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.
dia 09/12/2025. Local: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de
MT. Informações Complementares: Os esclarecimentos referentes a
irão ser obtidos no horário das 07h às 11h e das 13h às 17h, pelo
75-1179 ou protocolados na plataforma. O edital encontrar-se-á a
eressados no site: www.gloriadoeste.mt.gov.br

Glória D'Oeste - MT, 26 de novembro de 2025.

SIDINEI DA SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2023/FNDE/MEC

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2023 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº

Nº 13/2025 ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 06/20
Correspondente ao Pregão Presencial nº 06/2025.

Órgão responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACEF

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento

ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 6/2025, correspondente ao
nº 6/2025, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LAC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS nº. 6/2025, correspondente ao

nº 6/2025, realizado pelo órgão PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA

OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VA

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES I

SECRETARIAS E DEPARTAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL".

Esta adesão tem como objetivo atender à demanda da Secre
Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento
incorporação dos itens conforme especificado neste Termo de Referênc
condições e exigências aqui estabelecidas.

A empresa vencedora do certame: CUIABÁ COMÉRCIO I
LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ: 21.058.617/0001-38, com a seguinte t

VALOR TOTAL: R\$ 219.069,69

Após análise jurídica, fundamentada na Lei nº 14.133/20

Municipal nº 004/2024, a adesão foi adjudicada e homologada pelo Pre

Nossa Senhora do Livramento/MT, Thiago Gonçalo Lunguinho de A

parecer jurídico nº 570/2025, datado em 18 de Novembro de 2025.

Publica-se e homologa-se o procedimento.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 24 de

THIAGO GONÇALO LUNGUINHO DI

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATOS DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº.117/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MU
BRASILÂNDIA - MT. CONTRATADA CLAUDINEY COSTA CAMPOS. CNPJ nº. 25

OBJETO: Constitui objeto do presente termo credenciar pesso

CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FOI

ALIMENTAÇÕES EM PORÇÕES INDIVIDUAIS (MARMITAS), PARA ATENDEI

MUNICIPAIS, nos termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo d

I deste Instrumento. VALOR GLOBAL: R\$ 123.500,00 (Cento e Vinte Trê

reais). VIGÊNCIA: 17 de Novembro de 2025 a 16 de Novembro de 2026. /

Novembro de 2025. FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº.14.133, de 1

EXTRATO DO CONTRATO Nº.118/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MU

BRASILÂNDIA - MT. CONTRATADA: MARIA FERNANDES DA S

20.887.153/0001-00. OBJETO: Constitui objeto do presente termo

jurídica para CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE

FORNECIMENTOS DE ALIMENTAÇÕES EM PORÇÕES INDIVIDUAIS (M

ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, nos termos e condições estabel

e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento. VALOR GLOBAL: R\$

e Trinta Mil Reais). VIGÊNCIA: 17 de Novembro de 2025 a 16 de N

ASSINATURA: 17 de Novembro de 2025. FUNDAMENTO: De acordo com

1º de abril de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO Nº.119/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MU

BRASILÂNDIA - MT. CONTRATADA: OLMÍ INFORMÁTICA LTDA EPP. CNPJ nº

17. OBJETO: Adesão a ATA de Registro de Preços nº027/2024-D, re

Eletrônico - SRP nº016/2024 do Processo nº073/2024 do Município

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA, MATERIAIS F

INFORMÁTICA E TONERS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, VISA

NECESSIDADES DAS SECRETARIAS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE

VALOR GLOBAL: R\$ 97.720,00 (Noventa e Sete Mil, Setecentos e Vinte Re

de Novembro de 2025 a 16 de Novembro de 2026. ASSINATURA: 17 de N

FUNDAMENTO: De acordo com a Lei nº.14.133, de 1º de abril de 2021.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo Ao Contrato nº.116/2024. Contr

Municipal de Nova Brasilândia - Mt. Contratada: Montenegro Business

Cnpj Sob O nº 29.956.581/0001-11. Objeto: O Objeto Deste Contrato

Contratação de Empresa Especializada Em Realização de Eventos Para Pre

de Locação de Palcos, Camarins, Box Truss, Painel de Led, Equipamento

de Sonorização, Tendões, Banheiros Químicos, Grades Inibidoras / Fechar

Energia e Jogos de Mesas Para Serem Utilizados Em Eventos Realiz.

Secretarias do Município de Nova Brasilândia/Mt. O Valor Total do Aditivo

de 25% Nos Itens R\$ 197.737,00 (Cento e Noventa e Sete Mil, Setecent

Reais), Que Serão Pagos Durante A Vigência do Contrato. Assinatura: 2

2025. Fundamento: de Acordo Com A Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SI

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025 - SRP

000119

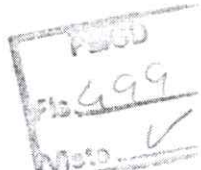
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2025

O Município de P. da Serra- MT, através da sua Pregoeira,
conhecimento dos interessados o resultado da Licitação PE ELETRÔN
aberta no dia 29/10/2025 às 09:00 horas (Horário de Brasília). Sagraar
habilitados no certame as empresas AIRENICE OLIVEIRA DE MELO 3



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO, HABILITAÇÃO E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

TIPO: Menor Preço Unitário.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

DATA DA SESSÃO: 09/12/2025.

HORA: 08h00min.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2025, às 08h30min, na sala de licitações da prefeitura municipal de Glória D'Oeste - MT, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, reuniram-se o Agente condutor da fase externa sr. Sidinei da Silva, instituído pela Portaria nº 016/2024, acompanhado do membro da Equipe de Apoio Vanderlei Rodrigues da Silva, e se faziam presentes a Procuradora do Município dra. Janaina Neves Pereira, e o Assessor Técnico Jeslei Gabriel Nogueira, para a realização de sessão pública para classificação e julgamento das propostas e análise dos documentos de habilitação apresentados pelos interessados em participar do presente pregão presencial.

Manifestaram interesse na participação se fazendo presente com a proposta e documentos de habilitação, as seguintes empresas:

1. KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, CNPJ nº 52.251.214/0001-34, com sede à Avenida Rep. do Libano, 2280, Despraiado, CEP: 78.048-239, Cuiabá - MT. Neste ato representada por seu procurador sr. Paulo Roberto Gomes Malaquini, inscrito no CPF sob nº 239.739.609-25.

2. DISVECO LTDA, CNPJ nº 02.971.360/0001-66, com sede à Avenida Fernando Correa da Costa, nº 1800, Jd. Kennedy, CEP.: 78.065-000, Cuiabá - MT. Neste ato representada por seu procurador Paulo Eduardo Tanaka, inscrito no CPF sob nº 067.271.378-03.

3. REAVEL VEÍCULO LTDA, CNPJ nº 30.260.538/0001-04, com sede à Rua C - 180, 176, Qdra. 617, Lote 19/20, Sala 04, Nova Suíça, CEP.: 74.280-090, Goiania - GO. Neste ato representada por seu procurador Alexandre Sebba Ferreira, inscrito no CPF sob nº 521.507.801-78.

Em conformidade com as disposições contidas no Aviso, procedeu-se então com a verificação das condições de aceitabilidade da proposta.

No início da sessão o representante da empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA, pediu a palavra e solicitou que registrasse que o horário para o início da presente sessão



seria as 8h00min e a mesma iniciou as 08h30min, e que neste espaço de tempo mais duas empresas se apresentaram para participar do certame.

Ato contínuo foi aberto o Envelope contendo a proposta, e com a colaboração da equipe de apoio, o pregoeiro, passou a analisar as propostas das empresas credenciadas, para verificar se as mesmas atendem aos requisitos do Edital e examinando a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. O Pregoeiro franqueou o acesso a todos os conteúdos das propostas, solicitando que as rubricassem.

Após esse procedimento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificaram que as empresas credenciadas atenderam às exigências do Edital, estando, portanto, classificadas, conforme segue relatório com a proposta escrita inicial e classificação da proposta escrita em anexo a esta ata.

Em seguida o pregoeiro convidou os representantes e credenciados das proponentes autoras das propostas selecionadas a formularem lances sobre as propostas iniciais apresentadas e posterior negociação, objetivando valores mais vantajosos a Administração, tomando como base a média dos itens, onde os lances e negociações ocorreram e foi finalizada com os valores finais de acordo com o relatório dos itens negociados anexo a esta ata.

O pregoeiro declara encerrada a fase de lances e negociações, e ficam CLASSIFICADAS as empresas com os devidos valores registrados, conforme relatório de Classificação Final, discriminando os valores por itens, conforme segue anexo.

Após encerramento da fase de lances e negociações o Pregoeiro resolve suspender a sessão para almoço, com horário de retorno as 13h00min.

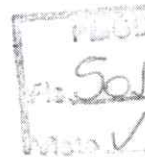
Ato contínuo as 13h07min, fora retomado os trabalhos, se fazendo todos participantes presentes. Após a fase de lances e negociações com as empresas credenciadas, o Pregoeiro, realizou a abertura dos ENVELOPES Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO para análise, onde foram assinados por todos os presentes, com amplo acesso para os interessados.

Dando seguimento a Sessão, passou-se a análises dos documentos das empresas classificadas, onde verificou-se que foram habilitadas as empresas KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA e REAVEL VEÍCULO LTDA, sendo inabilitada a empresa DISVECO LTDA por não atender as exigências do Edital, em específico pelo fato da mesma apresentar documento com data e horário posterior ao início previsto da data de abertura com apresentação dos envelopes (proposta de preços e habilitação) abertos, contrariando desta forma o item 3.2.10 do Edital.

Desta forma, o pregoeiro decide classificar os valores dos itens da empresa DISVECO LTDA, as empresas que se classificaram com segundo melhor valor. Conforme relatório



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste




anexo.

Após a classificação definitiva dos Proponentes/Fornecedores, o Pregoeiro avisou que se houvesse algum interesse em interpor recurso contra o procedimento deveriam manifestar de forma imediata e motivadamente as intenções, onde ficou registrado que o representante da empresa DISVECO LTDA manifestou de imediato a intenção de recurso, assim como também o representante da empresa REAVEL VEÍCULOS LTDA.

Sendo assim o Pregoeiro decide por acatar a intenção de recurso e abrir prazo para a apresentação das razões para ambas empresas impetrantes, sendo este prazo de 03 (três) dias úteis findando este no dia 12.12.2025 às 23h59min. Desde já fica as demais empresas cientes para apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do envio dos recursos das impetrantes.

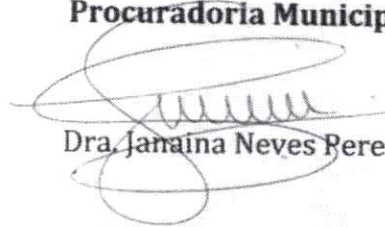
Nada mais havendo a relatar sobre o presente julgamento, dá por encerrado os trabalhos com a lavratura desta Ata, às 15h03min que, após lida por todos os presentes, por entenderem que a abertura e encerramento da sessão do presente pregão presencial transcorreu dentro da legalidade, segue assinada pelo agente condutor e pelo membro da equipe, procuradora municipal, assessoria técnica e licitantes presentes.


Sidinei da Silva
Agente condutor / Pregoeiro


Equipe de apoio:


Vanderlei Rodrigues da Silva

Procuradoria Municipal


Dra. Janaina Neves Pereira

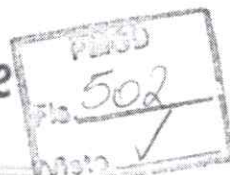
Assessoria Técnica


Jesiel Gabriel Nogueira



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

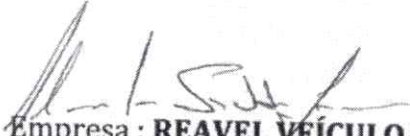



Empresa : **KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA**

Representante : Paulo Roberto Gomes Malaquini


Empresa : **DISVECO LTDA**

Representante : Paulo Eduardo Tanaka


Empresa : **REAVEL VEÍCULO LTDA**

Representante : Alexandre Sebba Ferreira

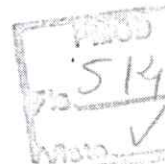






Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

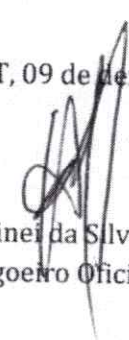


AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro comunica a todos os licitantes e demais interessados para os devidos fins e direitos que foram interpostos recursos administrativos pelas licitantes DISVECO LTDA e REAVEL VEÍCULOS LTDA, na licitação Pregão Presencial nº 16/2025, que tem como objeto a Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

O prazo para a apresentação das razões para ambas empresas impetrantes, será de 03 (três) dias úteis findando este no dia 12.12.2025 as 23h59min. Fica desde já as demais empresas cientes para apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do envio dos recursos das impetrantes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme consta no Edital Pregão Presencial nº 16/2025. A íntegra do recurso será disponibilizada via email para os participantes. Informamos ainda que todos os licitantes presentes, foram cientificados na sessão de abertura.

Glória D'Oeste - MT, 09 de dezembro de 2025.


Sidinei da Silva
- Pregoeiro Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

**AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO
PRESENCIAL Nº 16/2025**

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro comunica a todos os licitantes e demais interessados para os devidos fins e direitos que foram interpostos recursos administrativos pelas licitantes DISVECO LTDA e REAVEL VEÍCULOS LTDA, na licitação Pregão Presencial nº 16/2025, que tem como objeto a Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km para Compor e Renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência.

O prazo para a apresentação das razões para ambas empresas impetrantes, será de 03 (três) dias úteis findando este no dia 12.12.2025 às 23h59min. Fica desde já as demais empresas clientes para apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do envio dos recursos das impetrantes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, conforme consta no Edital Pregão Presencial 16/2025. A íntegra do recurso será disponibilizada via email para os participantes. Informamos ainda que todos os licitantes presentes, foram cientificados na sessão de abertura.

Glória D'Oeste - MT, 09 de dezembro de 2025.

Sidinei da Silva

- Pregoeiro Oficial -

**CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE - MT - AVISO DE
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
09/2025 CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 01/2025**

A Câmara Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Agente de Contratação e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, TORNA PÚBLICO, o resultado do processo administrativo nº 09/2025 - modalidade concorrência presencial nº 01/2025, tendo como objeto a Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Prédio da Câmara Municipal de Glória D'Oeste - MT, conforme Projeto Executivo e Especificações Constantes no Termo de Referência, onde sagrou-se vencedora a empresa CONSTRUCLEAN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - CNPJ : 15.146.909/0001-20, com o valor global de R\$ 962.908,94 (novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e oito reais e noventa e quatro centavos).

A ata de julgamento encontra-se disponível no setor de licitações.

Glória D'Oeste - MT, 08 de dezembro de 2025.

Sidinei da Silva

Agente de Contratação

**CÂMARA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE - MT - TERMO DE
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 09/2025 CONCORRÊNCIA
PRESENCIAL Nº 01/2025**

A Câmara Municipal de Glória D'Oeste - Estado de Mato Grosso, através da sua autoridade superior, torna público o resultado do processo supra.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a Construção do Prédio da Câmara Municipal de Glória D'Oeste - MT, conforme Projeto Executivo e Especificações Constantes no Termo de

Referência.

ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do Processo acima mencionado, em favor da empresa vencedora da licitação, conforme abaixo demonstrado:

Empresa : CONSTRUCLEAN PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

CNPJ : 15.146.909/0001-20

Valor Global : R\$ 962.908,94 (novecentos e sessenta e dois mil, novecentos e oito reais e noventa e quatro centavos).

Glória D'Oeste - MT, 09 de dezembro 2025.

José Rodrigues

- Presidente -

**ADESÃO Nº 08/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/
2025**

RATIFICAÇÃO

RATIFICO, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Municipal nº 1172/2025, a Adesão nº 08/2025 - Processo Administrativo nº 89/2025, cujo o mesmo originou-se da Ata de Registro de Preços nº 27-B/2025 - Pregão Eletrônico nº 27/2025, tendo como Órgão Gerenciador o Município de São José dos Quatro Marcos - MT, amparado pelo Parecer Jurídico favorável e bem como toda a documentação da empresa abaixo especificada que compõe este processo.

EMPRESA DETENTORA DA ATA: Z. T. SILVA DE BARROS - ME

CNPJ : 20.719.343/0001-18

VALOR GLOBAL: R\$ 295.005,40

OBJETO: Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Gráficos, para Manutenção das Secretarias do Município de Glória D'Oeste - MT.

Glória D'Oeste - MT, 10 de dezembro de 2025.

Gheysa Maria Bonfim Borgato

- Prefeita -

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

TERMO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Adesão n.º 16/2025, Processo Administrativo n.º 1921/2025

O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT, torna pública a adesão a Ata de Registro de Preços nº 304/2025 da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA/MT, o que faz com supedâneo na Lei n.º 14.133/2021, Lei n.º 14.770/2023 e Decreto Municipal n.º 130/2023 e demais normas em vigor, consoante às especificações seguintes:

Órgão Gerenciador: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 15.023.906/0001-07.

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo: MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma: REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT.

Fornecedor: DISVECO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.971.360/0001-66.

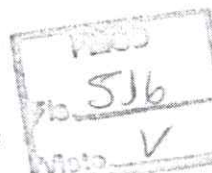
Data da Ata de Registro de Preços: 15/09/2025

Vigência da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2025

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

DATA DA SESSÃO: 22/12/2025.

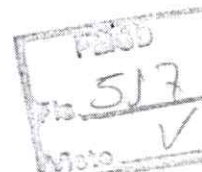
HORA: 13h30min.

DADOS DA DISPUTA: Modo fechado aberto

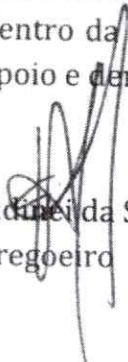
Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de 2025, às 13h30min, na sala de licitações da prefeitura municipal de Glória D'Oeste - MT, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/06, reuniram-se o Agente condutor da fase externa sr. Sidinei da Silva, instituído pela Portaria nº 016/2024, acompanhado do membro da Equipe de Apoio Vanderlei Rodrigues da Silva, e se fazia presente o Assessor Técnico Jeslei Gabriel Nogueira, para a realização de sessão pública para o ato de julgamento dos Recursos Administrativos apresentados pelas empresas REAVEL VEICULOS LTDA - CNPJ : 30.260.538/0001-04, no dia 12.12.2025, e a empresa CANOPUS VEÍCULOS - DISVECO LTDA - CNPJ : 02.971.360/0001-66, no dia 12.12.2025. E contrarrazões aos recursos apresentados pela proponente KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ : 52.251.214/0001-34, no dia 16.12.2025, todas em prazo tempestivo. Após análise das alegações e dos documentos acostados dos recursos administrativos e contrarrazões, bem como decisão do Pregoeiro, fora julgado os recursos, conforme segue em anexo a esta Ata de Julgamento. Destarte o Pregoeiro e Equipe de Apoio decidiu por manter a empresa KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ : 52.251.214/0001-34, vencedora somente nos itens 02, 03 e 05, restando o item 04, por fracassado, os demais resultados permaneceram inalterados, sendo Ratificados da Seguinte forma os itens do Pregão Presencial nº 16/2025: REAVEL VEICULOS LTDA - CNPJ : 30.260.538/0001-04, vencedora no Item 01; KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ : 52.251.214/0001-34, vencedora nos itens 02, 03 e 05; E, item 04 FRACASSADO, uma vez que não houve empresas interessadas em ofertar lance dentro do valor estimado. Sendo assim, segue para análise da Prefeita para futura Adjudicação e Homologação. Comunicamos que a decisão final do Pregoeiro e Equipe de Apoio, serão disponibilizadas via email para as empresas participantes, disponibilizada no site oficial da prefeitura e o mesmo poderá ser solicitada no email licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste no horário de expediente das 07h as 11h e das 13h as 17h.





Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

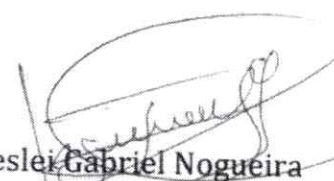


Nada mais havendo a relatar na presente Sessão, dá por encerrados os trabalhos com a lavratura desta Ata, às 15h45min que, após lida e por todos os presentes entenderem que a abertura e encerramento da sessão do presente pregão presencial transcorreu dentro da legalidade, segue assinada pelo Pregoeiro e pelos membros da equipe de apoio e demais representantes que se fazem presentes.


Sidinei da Silva
Pregoeiro

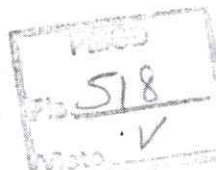

Kepury de Carvalho
Equipe de Apoio


Vanderlei Sabatino Bejas
Equipe de Apoio


Jeslei Gabriel Nogueira
Assessor Técnico



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



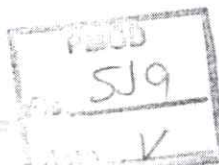
DECISÃO

Tratam-se de Recursos Administrativos interpostos no bojo do Pregão Presencial nº. 16/2025 da Prefeitura de Glória D'oeste/MT, com o seguinte conteúdo:

Recorrente	CANOPUS VEÍCULOS - DISVECO LTDA
Fatos e Fundamentos Jurídicos	<p>Ocorre que, ao final da análise documental, a DISVECO foi inabilitada com fundamento em duas alegações constantes em ata: a suposta emissão intempestiva da Certidão Estadual e a entrega de envelopes inicialmente não lacrados. Ambas as situações, entretanto, foram equivocadamente interpretadas, desconsiderando-se as circunstâncias reais verificadas na sessão e o próprio regramento do instrumento convocatório, conduzindo a um desfecho que não reflete a verdade material nem atende ao interesse público. Importa registrar que tais apontamentos não representam irregularidades substanciais, tampouco comprometem a lisura do certame ou a competitividade entre os licitantes.</p> <p>(...)</p> <p>Embora o edital tenha previsto como horário ideal para abertura da sessão o marco das 08h00, o fato é que a sessão pública não se iniciou nesse momento. Os trabalhos somente tiveram início efetivo às 08h30, ocasião em que foram aceitos credenciamentos e inaugurada, de forma concreta, a fase pública do procedimento.</p> <p>(...)</p> <p>Na prática, o que se verificou foi um equívoco meramente formal, identificado de imediato pelo próprio pregoeiro, no exato momento da entrega dos envelopes. Antes de qualquer continuidade do procedimento — e sem que houvesse abertura, manuseio interno ou acesso ao conteúdo dos envelopes — o pregoeiro interrompeu o ato, apontou a irregularidade e determinou o lacre imediato, providência prontamente atendida.</p> <p>A correção foi realizada em sessão pública, na presença de todos os participantes e com a posterior rubrica de aceitação dos mesmos, preservando-se integralmente o sigilo, a integridade do conteúdo e a isonomia entre os licitantes. Ressalte-se, ainda, que a sessão foi gravada, sendo plenamente possível a requisição das imagens para confirmação o objetivo do ocorrido.</p>
Pedidos	Diante de todo o exposto, à luz da reconstrução fiel dos fatos, da interpretação correta do edital e do arcabouço normativo e



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



	<p>jurisprudencial aplicável às contratações públicas, resta plenamente demonstrado que a inabilitação da DISVECO decorreu de equívocos formais e procedimentais, sem qualquer prejuízo à Administração, à isonomia ou à lisura do certame.</p> <p>Assim, em observância aos princípios da legalidade, da razoabilidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, requer-se a revisão do ato administrativo impugnado. Requer-se: 8.1. 8.2. 8.3. 8.4.</p> <p>O conhecimento e acolhimento integral do presente recurso administrativo, por preencher todos os requisitos de admissibilidade previstos no edital e na legislação aplicável; 8.2. O reconhecimento de que a Certidão Estadual apresentada pela DISVECO se encontrava válida no momento da abertura real da sessão pública, afastando se, por completo, a alegação de emissão intempestiva; 8.3.</p> <p>O reconhecimento de que a alegação relativa à entrega dos envelopes sem lacre refere-se a equívoco meramente formal, prontamente sanado em sessão pública, sob supervisão direta do pregoeiro e dos demais licitantes, sem qualquer violação ao sigilo, à isonomia ou à lisura do certame; 8.4. A anulação da decisão que inabilitou a DISVECO, por ausência de fundamento fático e jurídico apto a justificar seu afastamento do certame.</p>
--	--

Recorrente	REAVEL VEICULOS LTDA
Fatos e Fundamentos Jurídicos	<p>A empresa recorrente se insurge contra descumprimento do edital, perpetrado pela empresa Kampai Motors Mato Grosso Ltda, por ter ofertado veículo irregular no item 4, mais precisamente o modelo Toyota SW4 versão Platinum que não contempla os requisitos do Edital e Termo de Referência, concernente ao Sensor de Presença do Porta-Malas, conforme se verifica.</p> <p>(...)</p> <p>Já no item 5, a empresa ofertou veículo de sistema híbrido de propulsão, não cumprindo requisito do edital, concernente ao motor Flex, tendo apresentado veículo híbrido, contrariando o edital.</p>
Pedidos	<p>A) Que seja realizado juízo de ponderação e reconsideração pelo Pregoeiro de maneira prévia ao encaminhamento à autoridade julgadora do recurso, na forma do § 2º11 do art. 165 da lei nº</p>



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste

PAGE
No 520
V

	<p>14.133/21 e em contemplação do princípio da segregação das funções, a fim de garantir celeridade e eficiência administrativa;</p> <p>B) Caso não haja reconsideração da decisão administrativa de classificação da recorrida, requer o provimento do presente recurso para restabelecimento da higidez processual, devendo ser excluídas do processo licitatório a empresa recorrida Kampai Motors Mato Grosso Ltda, em decorrência de vícios substanciais em sua proposta e inferioridade de qualificação técnica do modelo de veículo ofertado e oferta de veículos inexistentes, conforme demonstrado;</p> <p>C) Requer a emissão de ato administrativo para reclassificação das demais empresas licitantes, de modo que se consolide o real objetivo da licitação;</p> <p>D) Caso não sejam atendidos os pedidos aqui formulados, cumpre informar futuro encaminhamento de representação à Corte de Contas e Ministério Público, por se tratar de matéria de evidente falha administrativa e desconsideração da legislação vigente, o que ocorrerá mediante adoção e permissão concedida pelo art. 170, §4º12 da lei nº 14.133/2021;</p>
--	---

As irresignações foram devidamente contrarrazoadas.

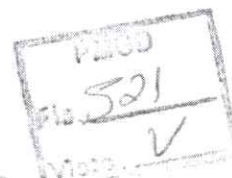
É o relatório.

Passo a decidir.

Com relação aos motivos que levaram a inabilitação da Empresa CANOPUS VEÍCULOS - DISVECO LTDA, maiores digressões se tornam desnecessárias.

Isso porque, houve de fato a emissão da CND posteriormente ao horário previsto para o início da sessão de abertura e julgamento das propostas, pouco importando o horário efetivo de seu início. Garantir sua participação seria ofertar tratamento não igualitários aos participantes, eis que assim preceitua a Lei de Licitações, *in verbis*:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)". (gn)



Outrossim, também somos sabedores de que:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PÚBLICA. PREGÃO ELETRÔNICO. INABILITAÇÃO DE LICITANTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL NO PRAZO EDITALÍCIO. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO POSTERIOR. RECURSO DESPROVIDO.

I. CASO EM EXAME

Apelação interposta contra sentença que denegou a segurança pleiteada por empresa inabilitada no Pregão Eletrônico nº 007/2024, sob o fundamento de não apresentação, no prazo previsto, de certidão de registro e quitação válida junto ao Conselho Regional de Administração do Estado de Mato Grosso (CRA/MT), conforme exigido no edital. A impetrante defende a possibilidade de suprimento da irregularidade mediante nova certidão, apresentada em diligência.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

Há duas questões em discussão: (i) definir se a ausência de apresentação tempestiva de certidão de registro e quitação válida junto ao CRA/MT autoriza a inabilitação da licitante; e (ii) estabelecer se a diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 permite a juntada posterior de documento essencial não apresentado no prazo editalício.

III. RAZÕES DE DECIDIR

O princípio da vinculação ao edital obriga a Administração e os licitantes ao estrito cumprimento das exigências editalícias, inclusive quanto ao prazo e à forma de apresentação da documentação exigida para habilitação.

A exigência de certidão válida de registro e quitação junto ao CRA/MT encontra-se expressamente prevista no item 32.1.6, alínea "d", do edital, sendo requisito de habilitação técnica indispensável ao regular prosseguimento da licitação.

A certidão apresentada pela empresa foi emitida em data posterior à abertura da sessão pública, configurando inadimplemento ao requisito editalício e justificando sua inabilitação.

A diligência prevista no art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021 autoriza apenas o saneamento de falhas formais ou a complementação de informações de documentos já apresentados, não sendo admissível a substituição de documento essencial ausente ou insatisfatório.

A apresentação extemporânea de nova certidão, com número e data diferentes da anterior, não se caracteriza como mera complementação, mas sim como substituição de documento essencial, hipótese vedada pelo edital e pela jurisprudência consolidada do STJ.

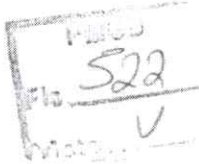
A aplicação do princípio da isonomia impede a flexibilização das regras editalícias em benefício de apenas um licitante, sob pena de ofensa à impessoalidade, à segurança jurídica e à integridade do certame.

IV. DISPOSITIVO E TESE

Recurso desprovido.



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



Tese de julgamento:

A ausência de apresentação tempestiva de documento essencial de habilitação previsto no edital autoriza validamente a inabilitação da licitante.

A diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 não permite a juntada extemporânea de documento essencial não previamente apresentado, ainda que destinado a comprovar fato preexistente.

A flexibilização das exigências editalícias em favor de apenas um licitante viola os princípios da isonomia, da impessoalidade e da vinculação ao edital.

Dispositivos relevantes citados: Lei nº 14.133/2021, arts. 64 e 29.15 do edital; CF/1988, art. 37, caput.

Jurisprudência relevante citada: STJ, REsp 1.717.180/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, j. 13.03.2018; STJ, AgInt no RMS 50.936/BA, DJe 25.10.2016. (N.U 1001315-70.2024.8.11.0051, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PÚBLICO, MARIA EROTIDES KNEIP, Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 26/08/2025, Publicado no DJE 26/08/2025) (gn)

Posto isso, inconcussa a manutenção da inabilitação da Irresignante.

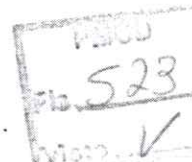
Relativamente ao Recurso Administrativo interposto pela Empresa REAVEL VEICULOS LTDA, importa salientar que pelas mesmas razões deverá ser desclassificada a proposta apresentada pela Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA para o item 4, na medida em que, tendo sido exigido a presença do "Sensor de Presença do Porta-Malas" e não possuindo-o o veículo ofertado, deve ser tido por desatendido o instrumento convocatório.

Demais disso, poderia a Recorrida ter impugnado os termos do certame e, não o tendo feito, não pode requerer qualquer flexibilização neste momento, pois como se sabe:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - FASES - EXIGÊNCIA EDITALÍCIA - NÃO IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - PRECLUSÃO. 1) O procedimento licitatório se desenvolve em etapas e a cada uma delas é aberta oportunidade para que os concorrentes apresentem impugnações e recursos antes de se passar à fase seguinte. Assim, superada a etapa anterior, é vedada aos licitantes a discussão de assunto referente à fase licitatória pretérita, porquanto configurada a preclusão. 2) Agravo de instrumento não provido". (TJ-AP - AI: 00007865920188030000 AP, Relator: Desembargador GILBERTO PINHEIRO, Data de Julgamento: 18/10/2018, Tribunal) (gn)



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



Quanto aos fatos relacionados ao item 5, a oferta de veículo híbrido não estende as exigências editalícias.

A uma, por possuir o motor "FLEX", conforme exigido.

A duas, por estar a ofertar veículo de melhor qualidade do que aquela exigida.

Nesse sentido, aliás, posiciona-se a jurisprudência.

Veja-se:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA. 1. Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço. 2. Recurso ordinário não-provido". (STJ - RMS: 15817 RS 2003/0001511-4, Relator.: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 06/09/2005, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: --> DJ 03/10/2005 p. 156) (gn)

Ante ao exposto:

1 - Nego provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Empresa CANOPUS VEÍCULOS - DISVECO LTDA;

2 - Dou parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Empresa REAVEL VEICULOS LTDA, para o fim de declarar desclassificada a proposta apresentada pela Empresa KAMPAI MOTORS MATO GROSSO LTDA para o item 4.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

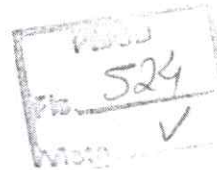
Glória d'Oeste/MT, 22 de dezembro de 2025.


Sidinei da Silva
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025**

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, após o julgamento dos recursos administrativos, TORNA PÚBLICO, o resultado do processo administrativo nº 85/2025 - modalidade Pregão Presencial nº 16/2025, tendo como objeto Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência, onde se consagraram vencedoras as seguintes empresas:

Empresa : REAVEL VEICULOS LTDA

CNPJ : 30.260.538/0001-04

Vencedora no Item : 01

Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais).

Empresa : KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA

CNPJ : 52.251.214/0001-34

Vencedora nos itens : 02, 03 e 05

Valor Global: R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais).

Informamos que o Item 04, restou fracassado.

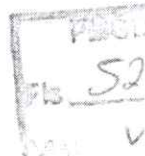
Glória D'Oeste - MT, 22 de dezembro de 2025.

Sidinei da Silva
- Pregoeiro Oficial -



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

O Município de Glória D'Oeste - Estado de Mato Grosso, através da sua autoridade superior, torna público o resultado do processo supra.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do Processo acima mencionado, em favor das empresas vencedoras da licitação, conforme abaixo demonstrado:

Empresa : REAVEL VEICULOS LTDA

CNPJ : 30.260.538/0001-04

Vencedora no Item : 01

Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais).

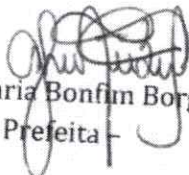
Empresa : KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA

CNPJ : 52.251.214/0001-34

Vencedora nos itens : 02, 03 e 05

Valor Global: R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais).

Glória D'Oeste - MT, 23 de dezembro 2025.


Gheysa Maria Bonfim Borgato
- Prefeita -

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA DOESTE

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 -

O Município de Glória D'Oeste - Estado de Mato Grosso, através da sua autoridade superior, torna público o resultado do processo supra. OBJETO: Futura e eventual aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO o resultado do Processo acima mencionado, em favor das empresas vencedoras da licitação, conforme abaixo demonstrado: Empresa: REAVEL VEICULOS LTDA - CNPJ: 30.260.538/0001-04 - Vencedora no item: 01 - Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais). Empresa: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34 - Vencedora nos itens: 02, 03 e 05. Valor Global: R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais).

Glória D'Oeste - MT, 23 de dezembro de 2025.
GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO
Prefeita

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela Portaria nº 016/2024, após o julgamento dos recursos administrativos, TORNA PÚBLICO o resultado do processo administrativo nº 85/2025 - modalidade Pregão Presencial nº 16/2025, tendo como objeto Futura e eventual aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência, onde se consagraram vencedoras as seguintes empresas: Empresa: REAVEL VEICULOS LTDA - CNPJ: 30.260.538/0001-04 - Vencedora no item: 01 - Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais). - Empresa: KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA - CNPJ: 52.251.214/0001-34 - Vencedora nos itens: 02, 03 e 05 - Valor Global: R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais). - Informamos que o item 04, restou fracassado.

Glória D'Oeste - MT, 22 de dezembro de 2025.
SIDINEI DA SILVA
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã Do Norte, através do Senhor Prefeito, torna público para conhecimento dos interessados ou a quem venha tomar conhecimento da publicação do Resultado de Licitação PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025, divulgado no Diário Oficial da União - Nº 241 na página 319 do dia 18/12/2025.

Onde se lê:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
B9 BEBEDOUROS COMERCIO LTDA	05.490.249/0001-46	14.550,75
CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	07.626.776/0001-60	1.425,00
INNOVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	41.125.429/0001-92	53.999,80
JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	54.647.123/0001-48	10.037,64
KDN COMERCIO ATACADISTA LTDA	39.346.590/0001-44	2.100,00
L FORASTIERI MACHADO LTDA	47.123.165/0001-14	24.599,90
M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	32.593.430/0001-50	127.590,00
MEDCOLI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS MEDICOS COZINHA E LIMPEZA LTDA	30.619.938/0001-55	8.290,00
MEDEIROS COSTA LTDA	52.112.686/0001-06	17.787,00
ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA	54.860.907/0001-50	52.500,00
OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	22.228.679/0001-03	40.736,96
RINAMED - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP	03.583.301/0001-83	2.700,00
TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	19.639.940/0003-15	6.298,80
TERRITORIO HV VENDA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	41.230.162/0001-01	57.899,00
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	51.740.794/0001-60	72.394,20
LICITAMED PRIME COMERCIAL LTDA	45.203.145/0001-28	17.998,00

Leia - se:

EMPRESA	CNPJ	VALOR
B9 BEBEDOUROS COMERCIO LTDA	05.490.249/0001-46	9.449,30
CIRÚRGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI	07.626.776/0001-60	1.425,00
INNOVA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA	41.125.429/0001-92	53.999,80
JT COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA	54.647.123/0001-48	10.037,64
KDN COMERCIO ATACADISTA LTDA	39.346.590/0001-44	4.100,00
L FORASTIERI MACHADO LTDA	47.123.165/0001-14	24.599,90
M CARREGA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES	32.593.430/0001-50	127.590,00
MEDCOLI DISTRIBUIDOR DE PRODUTOS MEDICOS COZINHA E LIMPEZA LTDA	30.619.938/0001-55	8.290,00
MEDEIROS COSTA LTDA	52.112.686/0001-06	17.787,00
ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA	54.860.907/0001-50	52.500,00
OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	22.228.679/0001-03	40.736,96
RINAMED - COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - EPP	03.583.301/0001-83	2.700,00
TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA	19.639.940/0003-15	6.298,80
TERRITORIO HV VENDA E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	41.230.162/0001-01	57.899,00
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	51.740.794/0001-60	72.394,20
LICITAMED PRIME COMERCIAL LTDA	45.203.145/0001-28	17.998,00

Nova Canaã do Norte/MT, 28 de dezembro de 2025.
ELAINE DOS REIS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2025

Processo Administrativo Nº 72/2025. A Vista Dos Elementos Contidos No Presente Processo Devidamente Justificado, Considerando Que O Parecer Técnico Prevê A Inexigibilidade De Licitação, Em Conformidade Ao Disposto No Art. 74 Inc. I Da Lei 14.133/2021. Considerando Ainda Que O Parecer Jurídico Nº 197/Pgm/2025 Atesta Que Foram Cumpridas As Exigências Legais, E No Uso Das Atribuições Que Me Foram Conferidas, Em Especial As Dispostas No Art. 74, Inc. I, Da Nova Lei De Licitações, Autorizo E Homologo A Inexigibilidade De Licitação 21/2025. Autorizo Em Consequência, A Proceder- Se A Contratação, Conforme Abaixo Descrito: Objeto A Ser Contratado: Contratação De Empresa Para Fornecimento Do Sistema De Ensino, Que Contempla De Maneira Coordenada, Relacionada E Articulada, Os Seguintes Elementos: Livros Didáticos - Para Alunos E Professores; Assessoria Pedagógica; Ambiente Virtual De Aprendizagem Com Conteúdo Educacionais E Acesso Por Meio De Usuário E Senha Individuais Para Alunos, Professores E Gestores; Sistema De Avaliação Externa De Aprendizagem; Sistema De Monitoramento De Indicadores Educacional Para Atender As Escolas Da Rede Municipal De Ensino Do Município De Novo Mundo-Mt Favorecido: Gráfica E Editora Posigraf Ltda, Cnpj: 75.104.422/0008-82, Prazo De Vigência: Doze (12) Meses A Contar Da Assinatura Do Termo De Contrato, Podendo Ocorrer A Prorrogação De Vigência De Licitação, Conforme A Lei 14.133/2021. Valor Total: R\$ 512.460,00 (Quinhentos E Doze Mil Quatrocentos E Sessenta Reais). Justificativa Anexa Nos Autos Do Processo De Inexigibilidade De Licitação Nº 21/2025.Determino, Ainda, Que Seja Dada Devida Publicidade Legal, Em Especial A Prevista No Caput Do Art. 72, Parágrafo Único Da Lei Nº 14.133/2021, E Que, Após Seja O Presente Expediente Devidamente Autuado E Arquivado.

Novo Mundo, 23 de dezembro de 2025
CASCIANO MARTINS REIS
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 146/2025 -PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2025, ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15224/2025 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2025, realizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRIXÁS/GO. PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT. EMPRESA: INOVATTO VEICULOS LTDA, inscrita no CNPJ 37.115.386/0001-97. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO TIPO AMBULÂNCIA PICK-UP, CABINE SIMPLES, ANO/MODELO: MINIMO 2025/2025 - ZERO QUILOMETRO (0KM), (EMENDA PARLAMENTAR Nº 067 - ATRAVES DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES - DEPUTADO ESTADUAL THIAGO SILVA), CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 453/2025 E PORTARIA Nº 0343/GBSES/2025. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital. VALOR TOTAL DO CONTRATO É R\$ R\$ 339.800,00 (Trezentos e trinta e nove mil e oitocentos reais). PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO até 29/12/2025 até 29/12/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 5/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 184/2025. A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará sessão pública para julgamento do procedimento licitatório na Modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2025, DO TIPO "MENOR PREÇO", o critério de Julgamento MENOR PREÇO GLOBAL", tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA CIVIL - CAMPO SOCIETY E VESTIÁRIOS NO DISTRITO DE PONTINÓPOLIS, MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME PLANO DE AÇÃO Nº09032025-2 EMENDA PARLAMENTAR Nº202523760005 E CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO, a serem executados com fornecimento de materiais e regime de dedicação exclusiva de mão de obra, Conforme Projeto Básico de Engenharia, Memorial Descritivo, Cronograma de Desembolso, Orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, Edital e demais Anexos, Valor Estimado: R\$ 691.595,68(seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e noventa e cinco reais e oitocentos e sessenta e oito centavos). Data da Sessão: 16 de janeiro de 2026. Horário: 09:00 horas. (Horário de Brasília). Local da Sessão: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (BNC). O Edital completo estará à disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia/MT - Site <http://www.saofelixdoaraguaia.mt.gov.br/> Ou no endereço eletrônico: <https://bnc.org.br/> e poderá ser solicitado através do e-mail: pregaosfa@outlook.com.

São Félix do Araguaia - MT, 26 de dezembro de 2025.
IALENE RODRIGUES DE SOUSA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2025 SRP

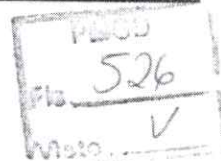
O Prefeito do Município de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, fundamentado no Inciso IV do artigo 71 da Lei nº 14.133/21, decide pela ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 19/2025, que tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos permanentes, destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Vale de São Domingos - MT, cuja sessão pública ocorreu no dia 19 de novembro de 2025, a qual teve como vencedores as empresas OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 22.228.679/0001-03, sagrou-se vencedora dos itens 1 - 22 - 28, no valor global de R\$ 11.156,00, a empresa OLMI INFORMATICA LTDA, inscrito no CNPJ: 00.789.321/0001-17, sagrou-se vencedora dos item 2, no valor global de R\$ 3.028,00, a empresa 42.105.129 MARILETE BRITO NASCIMENTO, inscrito no CNPJ: 42.105.129/0001-04, sagrou-se vencedora dos item 3, no valor global de R\$ 11.750,00, a empresa ILUMINE COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA, inscrito no CNPJ: 48.820.884/0001-57, sagrou-se vencedora dos item 4, no valor global de R\$ 8.449,80, a empresa M. PICIANI PAZINATO COMERCIO DE MATERIAIS ELETRONICOS EIRELI, inscrito no CNPJ: 31.455.241/0001-59, sagrou-se vencedora dos itens 5 - 7 - 8 - 16 - 32 - 33 - 38 - 41, no valor global de R\$ 79.902,65, a empresa L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES LTDA, inscrito no CNPJ: 22.328.534/0001-84, sagrou-se vencedora dos item 6, no valor global de R\$ 15.300,00, a empresa LIBRA TECNOLOGIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA, inscrito no CNPJ: 56.240.173/0001-31, sagrou-se vencedora dos itens 9 - 11 - 12, no valor global de R\$ 59.890,00, a empresa FRANCIELE ELETRO LTDA, inscrita no CNPJ: 47.646.580/0001-52, sagrou-se vencedora dos itens 10, no valor global de R\$ 9.570,00, a empresa TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA, inscrita no CNPJ: 19.639.940/0003-15, sagrou-se vencedora dos item 13, no valor global de R\$ 4.800,00, a empresa NOVAINSTRUMENTS EQUIPAMENTOS PARA LABORATORIO LTDA, inscrita no CNPJ: 12.561.319/0001-75, sagrou-se vencedora dos item 14, no valor global de R\$ 30.330,00, a empresa BHENTAL COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ: 29.312.896/0001-26, sagrou-se vencedora dos itens 17 - 23, no valor global de R\$ 16.200,00, a empresa MEGMED LTDA, inscrita no CNPJ: 16.946.372/0001-45, sagrou-se vencedora dos itens 18 - 19, no valor global de R\$ 62.750,00, a empresa MONTEIRO ANTUNES INSUMOS HOSPITALARES SOCIEDADE ANONIMA, inscrita no CNPJ: 04.078.043/0002-21, sagrou-se vencedora dos itens 20 - 25, no valor global de R\$ 39.700,00, a empresa M V R DE SOUZA COMERCIO





2025
Caminhar para o Progresso

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de General Carneiro - MT
CNPJ: 03.503.612/0001-95



Conservação do Patrimônio Público.

CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
-Prédios públicos, unidades escolares, unidades de Saúde, Pontes, parques, vias urbanas e rurais; -Equipamentos em geral, maquinários e veículos.	-Manutenção, reparos e reformas periodicamente.

- 2- Declaração sobre Projetos de Lei em tramitação no Poder Legislativo.
- No período não há.

General Carneiro - MT, 03 de julho de 2025.

JOÃO FILHO MARQUES RODRIGUES
Prefeito Municipal

Avenida Delson Rodrigues, s/nº - Bom Jesus da Lapa, CEP: 78.620-000 - Fone: (66) 3416-1215
E-mail: gabinete@generalcarneiro.mt.gov.br - General Carneiro - Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, por intermédio do Pregoeiro e Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 016/2024, após o julgamento dos recursos administrativos, TORNA PÚBLICO, o resultado do processo administrativo nº 85/2025 - modalidade Pregão Presencial nº 16/2025, tendo como objeto Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência, onde se consagraram vencedoras as seguintes empresas:

Empresa : REAVEL VEICULOS LTDA

CNPJ : 30.260.538/0001-04

Vencedora no Item : 01

Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais).

Empresa : KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA

CNPJ : 52.251.214/0001-34

Vencedora nos itens : 02, 03 e 05

Valor Global: R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais) .

Informamos que o Item 04, restou fracassado.

Glória D'Oeste - MT, 22 de dezembro de 2025.

Sidinei da Silva

- Pregoeiro Oficial -

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025 PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

O Município de Glória D'Oeste - Estado de Mato Grosso, através da sua autoridade superior, torna público o resultado do processo supra.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

ADJUDICO E HOMOLOGO o resultado do Processo acima mencionado, em favor das empresas vencedoras da licitação, conforme abaixo demonstrado:

Empresa : REAVEL VEICULOS LTDA

CNPJ : 30.260.538/0001-04

Vencedora no Item : 01

Valor Global: R\$ 994.000,00 (novecentos e noventa e quatro mil reais).

Empresa : KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA

CNPJ : 52.251.214/0001-34

Vencedora nos itens : 02, 03 e 05

000137



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2025

VALIDADE: 29/12/2026.

O MUNICÍPIO DE GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Avenida dos Imigrantes, 2000, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-00, representado neste ato pela Prefeita Municipal, sr^a GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG sob o nº **00494-** SSP/MT e do CPF nº **2.901.371-**, residente e domiciliada na Rua Professora Maria Flores, s/nº, nesta cidade de Glória D'Oeste - MT, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, neste ato denominado simplesmente GERENCIADOR da Ata de Registro de Preços; e a empresa KAMPAI MOTORS CUIABA LTDA, pessoa jurídica de direito privada inscrita no CNPJ sob o nº 52.251.214/0001-34 com sede na Av Republica do Libano, nº 2.280, Despraiado, Cep.: 78.048-239, Cuiabá-MT, neste ato representada por seu representante legal o srº Karlos César Fernandes, portador do RG nº *46.19* - SSP/MS, inscrito no CPF sob o nº **3.592.291-**, doravante denominado apenas por **FORNECEDOR**, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Veículos Zero Km, para compor e renovar a Frota do Município de Glória D'Oeste - MT, conforme descrição constante no Anexo I- Especificações do Item do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2025, para Registro de Preços, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.2. O fornecimento dos produtos deverão ser realizados de acordo com o estabelecidos do TERMO DE REFERÊNCIA que é parte integrante da presente ata de registro de preços.
- 1.2.1 A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a solicitação da Secretaria responsável, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/contratado e acatado pela PREFEITURA.
- 1.3. Os itens em desconformidade serão rejeitados no ato da execução, devendo a empresa sanar o problema imediatamente, sob pena, de cancelamento do fornecimento.
- 1.4. O objeto da presente ata de registro de preços, não gera qualquer obrigação de efetivação, sendo que os itens registrados serão adquiridos/contratados de acordo com a necessidade do Município, não existindo qualquer direito da Empresa licitante em exigir qualquer tipo de ressarcimento pela não utilização da quantidade total registrada.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na